



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1986/05	DATA: 6/12/2005
INÍCIO: 15h21min	TÉRMINO: 18h21min	DURAÇÃO: 03h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h	PÁGINAS: 86	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOSIAS GOMES – Deputado Federal; SILVANA PAZ JAPIASSÚ – Testemunha.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
---------------------------------

OBSERVAÇÕES
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 70ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada a cópia da ata da 69ª reunião.

**O SR. DEPUTADO NELSON TRAD** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado. Fale no microfone, por favor.

**O SR. DEPUTADO NELSON TRAD** - Por isso mesmo requiero a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Aqueles que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação a ata da 69ª sessão.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, eu gostaria de apresentar a V.Exas. o requerimento que solicita a prorrogação dos prazos da conclusão dos Processos nºs 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 5, 16, 17, 18 e 19, de 2005. Representações nºs 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 57, de 2005.

Srs. Deputados, estou solicitando a prorrogação desses processos por 90 dias porque realmente nós ainda não sabemos...

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Estão todos aqui ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, não, não.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente. É uma solicitação preventiva, porque os prazos desses processos terminam no dia 17 de janeiro e nós não sabemos o que vai acontecer a partir do início do recesso: se vamos ser convocados ou não. Eu gostaria também de dizer a V.Exas. que a Assessoria Técnica da Mesa está estudando a possibilidade de mudar o Regimento da Câmara para que o Conselho de Ética possa trabalhar no recesso parlamentar. Caso contrário, haverá ou uma autoconvocação ou... O Presidente está também em negociações, conversando com o Presidente do Senado, para que haja uma



convocação do Congresso. Como não sabemos ainda, há um interesse... Para não correremos nenhum risco, estou solicitando essa prorrogação.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Sr. Presidente, só uma informação. Eu concordo com isso aí. Não é essa questão da prorrogação. Se nós tivermos o funcionamento do Conselho de Ética durante o recesso — supondo que haja recesso, lógico, nós continuemos trabalhando —, não vamos poder votar nenhum processo, porque tem prazo para, depois, ir ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É verdade. Agora, o que nós poderíamos... A Assessoria está analisando essa possibilidade. Conversando com o Presidente Aldo hoje, S.Exa. me falou dessa possibilidade. Então, vamos esperar até amanhã ou depois para sabermos os detalhes. Mas há 2 possibilidades: uma autoconvocação ou essa mudança no Regimento. Não existem outras.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu o encaminharei hoje mesmo à Mesa da Câmara.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, só uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Esse prazo será corrido, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Como?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O prazo é corrido. Dezesete...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A partir do dia 17 de janeiro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Dezesete de janeiro, corrido, até...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Sim, senhor. Exatamente.

Srs. Deputados, Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada com a seguinte pauta:



Item 1. Tomada de depoimento do Deputado Josias Gomes, Representado do Processo nº 12, de 2005, tendo como Relator o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Item 2. Tomada de depoimento da Sra. Silvana Japiassú, testemunha arrolada pelo Relator do Processo nº 9 de 2005, Deputado Cezar Schirmer, cujo Representado é o Deputado João Paulo Cunha.

Comunico que está presente o Dr. Márcio Luiz Silva, advogado do Deputado Josias Gomes.

Para o bom andamento dos trabalhos, informo sobre os procedimentos a serem adotados. Inicialmente será ouvido o Deputado Josias Gomes, ao qual será concedida a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso. Em seguida, será dada a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Relator do Processo nº 12, de 2005, para suas indagações. E por fim farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o depoente.

Com a palavra o Deputado Josias Gomes.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sr. Presidente Ricardo Izar, Sr. Relator, Deputado Mendes Thame, Srs. Deputados e Sras. Deputadas membros do Conselho de Ética, inicialmente quero dizer que vim a este Conselho na certeza de poder esclarecer fatos em que eu estou sendo mencionado, em relação a esse episódio do mensalão.

Eu quero, primeiro, dizer a todos os meus colegas que não usei a prerrogativa de Parlamentar para obter vantagens em troca do meu mandato. Portanto, eu não recebi nenhum recurso, de quem quer que seja, com o fito de votar matérias de interesse do Governo. Repilo, portanto, essa insinuação de que eu teria ido ao banco receber recursos provenientes do chamado mensalão.

De outro lado, quero lembrar aos nobres Deputados que eu, durante toda a minha vida, sempre me pautei com muita honra e com muita ética nas questões que dizem respeito a recursos públicos. E, no particular, eu não trabalhei, em nenhum momento, com a hipótese de que esse recurso não fosse um recurso do meu partido, porque jamais havia ouvido falar do Sr. Marcos Valério, com quem nunca tive contato. Eu me dirigi, portanto, ao Tesoureiro Nacional do meu partido — eu, na condição de Presidente do PT lá no Estado — para tratar das questões que dizem



respeito à nossa vida partidária. A ele indaguei se havia ou não sido uma grande conquista eleitoral o fato de o PT ter tido o desempenho que teve no Estado. Tratei com ele, e ele concordou... Tratei com ele o fato de ter, como Presidente do partido, saído de cerca de 150 diretórios, quando assumi a presidência, para cerca de 360, 370 diretórios, já à época dos contatos que mantive com ele. E, portanto, disse da importância que tinha um aporte maior de recurso, já que o fundo partidário do PT, que eu tinha para tratar das questões partidárias no Estado, era o mesmo de quando o partido tinha 156 diretórios, quando eu assumi. De outro lado, eu também lembrei a importância... Já que havíamos crescido bastante no Estado, nós precisávamos privilegiar alguns Municípios com vistas às eleições de 2004. E por fim tratei de um outro aspecto que me era muito cobrado pelos candidatos a Deputado na eleição de 2002, que não se elegeram e me procuravam, na condição de Presidente, para saldar as suas dívidas de campanha. E esses contatos que mantive com Delúbio durante o primeiro semestre de 2003 resultaram... Ele me informou primeiro que não tinha o recurso naquele momento, mas que tão logo tivesse o recurso me passaria, o que fez no segundo semestre de 2003, dando-me 50 mil reais lá na sede do PT e depois me mandando ir ao banco receber os outros 50 e comunicando que eu fizesse a... repassasse para os Parlamentares... para os candidatos e que em seguida nós íamos ver a maneira de ajudar naquelas outras questões a que eu me referi aqui.

Quero dizer isso para ficar muito claro que não houve apropriação do recurso pessoal. Eu o fiz na condição de Presidente. Portanto, intermediei — já que nessa situação de Presidente fui procurado — essa ação entre o Diretório Nacional do PT e os candidatos do meu partido, lá no Estado.

Eu quero dizer também que em nenhum momento me passou pela cabeça que esse recurso não fosse dessa fonte, ou seja, do Diretório Nacional do meu partido. Eu não imaginava a existência de qualquer uma outra situação, como veio, depois, a ser noticiado pela imprensa. Além do que, não fiz isso na condição de Parlamentar e sim como Presidente do partido e com a necessidade de agir assim, porque quem é Presidente, quem dirige partido sabe muito bem como é que são as cobranças para um dirigente partidário.



Por outro lado, eu também afirmo que fiz isso de tão boa-fé que não mandei ninguém, fui pessoalmente, dirigi-me ao banco e lá deixei, inclusive, a minha carteira parlamentar para provar que tinha recebido o recurso — uma situação que eu considerarei absolutamente normal. Fui, portanto, involuntariamente envolvido em algo que eu não sabia a existência dele. E tem um aspecto aí, que é o seguinte: se eu tivesse a menor sombra de dúvida de que havia qualquer situação que não fosse essa que eu acabo de relatar, não teria ido lá e muito menos... ido pessoalmente e deixado, como prova de que eu recebi o recurso, a minha carteira parlamentar.

Eu abrevio, assim, a minha fala inicial e estou à disposição de todos, do nosso Relator e dos meus colegas, para os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria inicialmente de solicitar ao Deputado Josias que se qualifique — nome civil completo, nome parlamentar, data e local de nascimento, profissão, estado civil e domicílio — e também nos informe o nome do seu procurador constituído.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Meu nome é Josias Gomes da Silva. Sou natural do Estado de Pernambuco, cidade de Amaragi. Sou engenheiro agrônomo. Formei-me em 1980, na Universidade Federal da Paraíba. Meu procurador é o Dr. Márcio Luiz Silva, da Liderança do PT.

Deputado, esqueci algum?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Data e local de nascimento.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu nasci no dia 14 de outubro de 1956, na cidade de Amaragi, Estado de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Tomo a liberdade de informar a V.Exa. que todos os cidadãos brasileiros têm um direito garantido pela Constituição: o chamado direito ao silêncio. Ou seja, V.Exa. tem o direito de recusar-se a responder a qualquer indagação e de manter-se calado. Claro que, durante os trabalhos aqui do Conselho, das CPIs, esse direito tem sido



muito confundido — distorcido — com o direito de dizer o que se quer sem se preocupar com a verdade. O direito ao silêncio é o direito de não falar, não é o direito de distorcer a verdade. Mas eu quero lembrá-lo desse direito e dizer também, na seqüência, que o terceiro relatório parcial da Comissão de Sindicância, redigido pelo Deputado Robson Tuma, imputa-lhe as seguintes acusações:

*“Sacou 100 mil reais no caixa do Banco Rural de Brasília, nos dias 11 de setembro de 2003 e 18 de setembro de 2003, tendo apresentado cópia de sua identidade parlamentar. O referido Deputado informou a esta Comissão que era Presidente do PT na Bahia e que, nessa condição, recebeu realmente a quantia de 100 mil reais. Não se tratava de 2 saques efetuados junto ao Banco Rural. Cinquenta mil teriam sido recebidos diretamente do Tesoureiro Nacional do PT, na sede do partido, em São Paulo. Os outros 50 mil teriam sido, de fato, sacados pessoalmente no Banco Rural, no dia 18 de setembro de 2003. Afirma ainda que não se recorda se atestou o recebimento de dinheiro mais de uma vez junto ao banco. Questionado sobre o motivo do saque, o Deputado Josias Gomes disse tratar-se de recursos autorizados por Delúbio Soares para o pagamento de restos de campanha de alguns Deputados. Afirmou não conhecer Marcos Valério nem seus sócios. O Deputado Josias, em depoimento nesta Comissão, disse que repassou os recursos a 3 candidatos do partido que não tinham sido eleitos.”*

Quer que eu repita algum trecho ou não há necessidade?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Primeira pergunta: V.Exa. exerceu função de Presidente do Diretório Estadual na Bahia em que períodos?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Um primeiro período, de 1999 a 2001, e um segundo, quando fui reeleito em eleições diretas — 2001 a julho de 2005.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Durante os períodos em que ocupou a Presidência do PT no Estado da Bahia, recebeu aportes financeiros diretamente do Diretório Nacional do PT ou de algum dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deputado, os recursos que eu recebi foram todos contabilizados pelo partido. E foram prestadas contas à Justiça Eleitoral e aprovadas todas elas.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Durante os períodos em que presidiu o PT no Estado da Bahia, como se fazia ou como ainda é feita a contabilidade partidária do Diretório Estadual?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Nós temos um contador pago pelo partido para fazer essa conta e uma funcionária contratada pelo Diretório para fazer essa parte burocrática, porque, como tem recursos públicos, o fundo partidário, você é obrigado a fazer a prestação de contas ao TRE. Isso é feito com todo cuidado para que não haja problema de prestação de contas. E isso... É dessa forma que é feito. O contador oficial, junto com a funcionária da Tesouraria Estadual do PT, faz as prestações de contas anuais.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - As prestações de contas do Diretório Estadual do PT na Bahia, referentes às eleições de 2002, englobaram as prestações de contas de todos os candidatos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, eu não tenho absoluta certeza. Mas é o seguinte: as contas do Diretório não incluem, a meu juízo, as contas dos candidatos. Tanto é assim que cada candidato tem que abrir a sua própria conta, o seu CNPJ. De modo que as contas partidárias são de uma natureza e as dos candidatos são de outra natureza. São questões distintas.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Quem era o responsável pela prestação de contas do Diretório Estadual do PT no período referente ao pleito de 2002?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu, na condição de Presidente, e o Tesoureiro Estadual.





**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - E assinava junto o contador?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - O contador assina, porque é ele que, em última instância, faz aquela parte técnica da prestação de contas.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O Deputado se recorda do nome do Tesoureiro do Diretório Estadual do PT?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Companheiro Wilson.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Wilson.

Quais foram as fontes de recursos para as campanhas do pleito de 2002? Quais os principais financiadores dessas campanhas, em termos de montantes de recursos despendidos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Na verdade, as contas dos candidatos são apresentadas diretamente por eles ao tribunal. Eu não saberia precisar quem são os principais doadores de campanha por esse fato, Deputado. E não tenho como lhe fornecer maiores detalhes, a não ser que V.Exa. precise dessas informações e eu as requisite dos candidatos daquela época e lhe passe.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Os montantes provenientes do Diretório Nacional do PT foram incluídos na prestação de contas do Diretório Estadual do PT?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - V.Exa. se refere a esse que eu fui receber ou ao da campanha de 2002?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Da campanha de 2002.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Na campanha de 2002, como eu já lhe disse, o que é recurso para a campanha, tanto da candidatura majoritária quanto das candidaturas proporcionais... São feitas... Não há repasse do Diretório Nacional para as candidaturas. Os recursos que vão para o Estado são os recursos provenientes do fundo partidário ou de qualquer uma outra receita que eventualmente nós solicitemos do Diretório Nacional. Portanto, não há essa conexão entre o Diretório e as candidaturas.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Por ocasião do encerramento do pleito de 2002 foi apresentada uma dívida de campanha? No



encerramento caracterizou-se um montante de dívida de campanha relacionada ao pleito de 2002?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Da parte do Diretório, não. Esse não é o... Porque, como eu lhe expliquei, essa questão de restos de campanha diz respeito aos candidatos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Em que data — ou datas — o Deputado manteve encontros com o Tesoureiro Delúbio Soares para tratar de dívidas assumidas em campanha pelo PT baiano? E em que local esses encontros foram realizados?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu tratei com o Delúbio aqui, na sede do Diretório, em Brasília. E algumas vezes, durante o primeiro semestre de 2001, de fato, como eu falei inicialmente, em relação a um conjunto de ações que eu julgava necessário ser partilhado pela Direção Nacional, em função da importância do Estado para a nossa disputa de 2004. Então, como eu falei, tratei de recursos com o Delúbio para aportar mais recursos para os diretórios que eu julgava importantes naquele momento para a disputa de 2004, recursos para o próprio diretório se manter — e não vieram. Nem esse que eu falei, para fazermos eventualmente uma pesquisa, alguma coisa do gênero, em cidades que eu considerava que era possível nós ganharmos em 2004, para ter a certeza disso. E não veio esse recurso. Também não veio o recurso que ele havia me prometido para dar uma ampliada na ação partidária. Como eu disse, os diretórios da Bahia saíram de 156 diretórios, quando eu assumi a presidência do partido, para cerca de 360. Então, estavam com muito pouco recurso, que também não veio. O que veio foi esse recurso — esses 100 mil — que eu repassei para 3 candidatos, como V.Exa. já lembrou, na minha declaração na Comissão de Sindicância. E também lhe comunico que restos de campanha não foram assumidos pelo Diretório da Bahia. O Diretório Estadual não assumiu restos de campanha — nem majoritária e muito menos dos candidatos proporcionais.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Ou seja, a solicitação que fez ao Tesoureiro Delúbio Soares era no sentido de cobrir débitos de campanha diretamente aos candidatos a pleitos majoritários ou proporcionais das eleições de 2002?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Perfeito. Lembrando que fiz também um elenco de questões que, infelizmente — ou, hoje, felizmente —, não me repassaram, que eram aquelas questões que eu havia já mencionado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Qual a justificativa para a entrega dos recursos do Diretório Nacional — ou seja, da Tesouraria Nacional, originários da Tesouraria Nacional para o Diretório Estadual — terem que passar pessoalmente por suas mãos, em vez de serem transferidos diretamente para a conta do Diretório Estadual do PT na Bahia?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Veja, primeiro eu fui ao Delúbio tratar de recursos para o Diretório Estadual mesmo, com aquelas 3 finalidades. Em relação às 2 questões, que ele não me repassou e me passou os 100 mil e me disse que eu fizesse uso para a quitação de dívidas de candidatos diretamente, que depois trataríamos das outras questões... Por isso, eu julgo que... Essa foi a informação que o Delúbio me prestou. Por isso, não passei para a conta do partido, porque, também, como ele me disse para usar para o pagamento de restos de campanha e como não havia o Diretório Estadual assumido essas dívidas, eu não tinha como contabilizar no Diretório Estadual essa parte. Passei direto para os candidatos, que prestariam contas ao Diretório Nacional.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Como e quantas vezes foi orientado a comparecer ao Banco Rural para receber recursos provenientes da Tesouraria do PT?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Veja, esse é um capítulo, porque sempre citam que eu estive 2 vezes no Banco Rural. Eu não vou insistir aqui se foi 1 ou se foram 2, mas eu tenho absoluta convicção do seguinte: eu recebi 50 mil reais na sede nacional do PT, aqui em Brasília, e recebi 50 mil reais no Banco Rural. Se fui mais de uma vez, não foi com o fito de receber recursos. Talvez tenha, enfim, ido e não passado... Desse episódio aí eu não me recordo. Agora, o fato é que o que ocorreu foi isso.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Quem o orientou a ir ao Banco Rural? Foi o próprio Tesoureiro Delúbio, ou essa informação foi repassada por algum assessor do Tesoureiro Delúbio?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, Deputado, o Delúbio me ligou e disse para eu ir lá no PT e me deu aqueles 50 mil. Os outros, ele falou: *“Aguarda que eu vou te telefonar para proceder com essa... receber mais o outro recurso”*. Até então eu não sabia quanto seria. Depois é que vi que eram 50 mil. Eu penso que foi o Delúbio. Nós nos comunicávamos bastante. Eu penso... Eu tenho quase certeza de que foi o Delúbio que me ligou.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Por telefone?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Por telefone.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Ele é que teria também estabelecido as datas ou a data para o seu comparecimento ao Banco Rural?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Na verdade, é isto: *“Vai tal dia e se comunique com tal pessoa para recebimento do recurso”*.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Em alguma ocasião efetuou remessa por DOC ou recebeu recursos por DOC ou outro meio eletrônico de transação bancária para receber ou pagar a alguém do partido?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Veja, esta é uma outra questão que foi levantada: que eu havia feito uns depósitos lá. O fato é que eu adiantei recursos para pagamento assim que o Delúbio me garantiu que poderia fazê-lo. E lá, eu me recordo, pedi inclusive ao Banco Rural que me desse um... Pedi, por ofício, que me desse uma relação. Lembro-me de ter feito um depósito de apenas 5 mil reais, que foi um recurso que eu adiantei para pagamento de um carro de som lá no Município de Ilhéus.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - De Ilhéus. Aqui consta também, na relação que recebemos da Assessoria, Joel Gomes da Silva recebendo 5 mil reais em depósito numa conta corrente em Itabuna.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Perfeito. São esses 5 mil a que estou me referindo. Essa aí é uma conta do meu escritório em Itabuna, feita por conta de eu ter antecipado esses 5 mil para o pagamento de um carro de som em Ilhéus.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O Sr. Joel Gomes da Silva é da sua equipe? É seu parente?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É meu irmão. Ele é da equipe informalmente. Ele não pertence, não faz parte da minha assessoria formal.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - E a remessa se devia ao pagamento de um carro de som?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Era um carro de som da campanha de um dos beneficiários desse recurso que o Delúbio me passou.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Deputado, que reação teve ao saber que havia indícios de que na lista de beneficiários de pagamentos oriundos das empresas do Sr. Marcos Valério Fernandes da Silva poderia constar o seu nome?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - De perplexidade, no primeiro momento, e de muito aborrecimento, porque tenho 25 anos de vida, assim, pública, simples, mas de muito valor para mim. Eu tenho... Eu sou oriundo de uma família muito pobre lá do Estado de Pernambuco, mas tenho uma honra muito grande com as coisas que faço. Faço tudo com muito amor. Abdiqueei da minha função de agrônomo para me dedicar exclusivamente à vida partidária. Acho isso uma coisa louvável. E, quando vi meu nome estampado na televisão como um dos possíveis sacadores da conta do Sr. Marcos Valério, aquilo me deixou extremamente abalado, porque é um choque muito grande. Imagine: na condição de Presidente, me dirijo ao Tesoureiro Nacional do meu partido, que faz as recomendações que eu já acabei de citar; pego o recurso, faço os repasses; em seguida, sem eu saber absolutamente de nada, me vejo na televisão como uma das pessoas que sacaram esse recurso. V.Exa. não imagina a situação de constrangimento, porque eu não tinha o menor conhecimento de quem seria esse cidadão. Nunca tive transação comercial; não fez campanha na Bahia; nunca tinha ouvido falar dele. Enfim, para mim foi um tremendo de um choque que eu senti. E ainda é muito forte isso. Eu tenho 49 anos, 25 anos de vida pública. Muito serviço eu tenho. Até por ser agrônomo e por ter muito carinho pela agricultura brasileira, tenho um trabalho muito voltado, aqui na Comissão de Agricultura e durante toda a minha vida, para a agricultura brasileira, especialmente no meu Estado, a Bahia. Eu, pessoalmente, tenho carinho muito grande com as questões do cacau, por ser da região cacauzeira. E fico, assim, me vendo, hoje, em certas horas, muito aborrecido com o que ocorreu comigo. Eu



espero que se faça justiça. Eu vou até pedir permissão, Relator, para citar um colunista lá do Estado, que fez referência a uma citação que eu acho muito importante. Ele disse que: *“Ninguém quer esconder debaixo do tapete o problema que aflige Josias Gomes, ligado aos 100.000 sacados no Banco Rural, em Brasília, que o então Presidente do PT da Bahia, ao receber uma ligação que o Tesoureiro Nacional do PT, Delúbio Soares, lhe fez informando da disponibilidade desses recursos. Até então não havia qualquer conexão com irregularidades. Ninguém sabia da profundidade e do volume de recursos envolvidos, e muito menos dos milhões dos problemas existentes entre Marcos Valério e a alta direção do PT, cuja queda, tipo efeito dominó, acabou acontecendo. Naquele momento, rigorosamente, era apenas a ligação do Tesoureiro Nacional do PT, o homem encarregado de administrar as finanças do Partido, e o Presidente do PT da Bahia, que precisava repor gastos de dívidas da campanha acumuladas em 2002. O problema existente é muito mais derivado do que se descobriu com a CPI dos Correios, onde as denúncias do mensalão abriram a clareira por onde passam, a nu, as falhas do sistema político, e muito menos das arrecadações de campanha, uma prática comum a todos os partidos. No entanto, é preciso que as lideranças regionais observem o custo/benefício da perda do mandato de Josias, se podemos nos dar ao luxo de perder, de braços cruzados, um Deputado com o poder de força e de trabalho demonstrado ao longo do seu mandato, enquanto outros passam ao largo das acusações, mas que não sabemos se resistiriam às investigações”*. Eu quero trazer a debate isso, Deputado Mendes Thame — e lhe passo uma cópia —, porque isso demonstra o quanto tenho recebido de carinho dos agricultores baianos, grandes agricultores, agricultores familiares, pelo meu trabalho. Peço desculpa por ter me alongado na sua pergunta e aproveitado, inclusive, para, além de colocar essa questão dos constrangimentos, mostrar o quanto me faz bem voltar à plenitude do meu mandato, à atuação parlamentar voltada para o tema da agricultura, que é isso que eu quero, vim aqui para fazê-lo e quero fazer com toda a minha força e o meu carinho pela agricultura brasileira. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Na seqüência, “o Deputado afirmou, em algum momento, que teria ido ao Banco Rural para conferir cotações de câmbio”. Se isso de fato ocorreu, além das idas para receber os valores



que lhe foram pagos, ou uma das idas foi exatamente para essa cotação de câmbio. O que é que se recorda a respeito do assunto?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Já são decorridos aí quase 3 anos desse episódio, mas eu quero lembrar que nos autos há um empréstimo feito neste período para mim, empréstimo pessoal, exatamente porque eu estava em dívida, eu tinha dívidas minhas. Aí, tomei um empréstimo, entre 10 a 20 de setembro — está aí nos autos —, ao órgão de Assistência dos Engenheiros, a MÚTUA. E eu tomei o limite que eu podia. Os juros são bastante convidativos. E na ida lá, de fato, para tratar dessa questão, fui abordar também sobre taxa de juro, porque, de fato, tomei outros empréstimos depois, como está aí colocado na própria Caixa Econômica. Depois que resolvi um problema meu de pendência no SERASA, fiz empréstimo na Caixa, depois. Então, de fato, eu fiz, mas não foi a motivo principal da minha ida lá.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Cotações e empréstimos, mas não de câmbio?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Não. Eu fui saber... É que eu fui ver... Porque, como os juros que eu fiz do empréstimo na MÚTUA eram juros bastante convidativos, eu quis fazer uma comparação, de fato, quando estive lá para tratar desse assunto que o Delúbio me incumbiu.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - De que modo V.Exa. transferiu os valores recebidos do Tesoureiro Delúbio e de contas das empresas do Sr. Marcos Valério para os credores das campanhas eleitorais de 2002?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Veja, os credores... Como não eram recursos para mim, eu levei os recursos e passei para os candidatos, que fizeram, então, as suas negociações. Eu não poderia depositar um dinheiro que não era meu na minha conta. Então, eu o levei e passei para os candidatos que estavam em dívida, mais endividados. E eu repassei para eles nesse período. E quero dizer que 100% dos recursos que eu recebi do Delúbio passei para eles. E aí, Deputado, se me permite, eu quero fazer um reparo: de fato, eu quero deixar claro que eu não tinha conhecimento algum de dinheiro de SMP&B ou qualquer coisa do gênero. Para mim, continua sendo recursos do Diretório Nacional do PT, repassados para mim nesta condição de Presidente do Partido.



**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sim. Esse é um detalhe que é importante: esses valores repassados a credores das campanhas eleitorais, que são esses candidatos e Deputados que tinham débitos e que, portanto, receberam para saldar dívidas de campanha de 2002, receberam esses seus recursos em dinheiro, por cheque?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, em dinheiro. Eu fui... Tanto o que o Delúbio me deu quanto o que eu recebi no banco foi totalmente em dinheiro.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Em dinheiro. Não é o total dos 100.000 reais, é uma parte desses recursos ou a totalidade?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A totalidade dos recursos foram passados para os candidatos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Tá. Na sua defesa escrita, Deputado Josias, V.Exa. apresentou notas fiscais com datas de 22 de setembro e de 1º de outubro de 2003 para justificar os gastos referentes aos recursos recebidos. Mas, se os repassou aos Deputados, essas notas fiscais se referem a quê?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Às despesas que eles fizeram... às despesas deles para com os seus... os seus... — como é? — ... os credores, os seus credores.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Elas se referem à campanha eleitoral de 2002?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Dois mil e dois. Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Mas têm datas de 22 de setembro e de 1º de outubro de 2003. O fato de estarem com essa defasagem é porque elas eram débitos que ainda não tinham sido pagos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Creio que sim, porque, na verdade, eu tratei de dívidas com o Delúbio já no início do ano de 2003, e ele veio me repassar esses recursos só em setembro. Ele disse que não tinha disponibilidade de recursos à época e que, assim que tivesse, me faria o repasse.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Na sua defesa prévia não foram exibidos documentos hábeis relacionados à prestação de serviços, ou venda, ou entrega de mercadorias na época próxima, com datas de abril a





outubro de 2002, ou de julho a outubro de 2002. Os únicos documentos hábeis para comprovar a prestação dos serviços ou a venda são essas notas de setembro de 2003?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É que a prestação de contas desse recurso ficou a cargo dos candidatos que eu passei o recurso. Eu não tenho como saber, de fato, se ficaram essas dívidas, enfim... Mas tem uma oportunidade, se me permite, Deputado, de o senhor esclarecer, porque parte deles vão ser ouvidos como testemunhas aqui pelo senhor.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Tá. No caso das 5 testemunhas que V.Exa. arrolou?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Certo. Todas as declarações referentes aos recebimentos por serviços prestados na campanha remetem à data de 21 de setembro, mas todas essas declarações foram assinadas em 22 de agosto de 2005, mesma data do reconhecimento das firmas ali apostas. Isso se deve a quê?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, por isso que eu digo, nobre Relator, essas questões que dizem respeito à prestação de contas do recurso, eu não tenho muita familiaridade, por não ter sido eu quem fiz esses... esse pagamento. Quanto à declaração, eu creio que ela deve ter sido feita posteriormente à data do recebimento. Eu, sinceramente, não tenho elementos, não tenho condições de lhe responder, mas, se me permite, eu posso perguntar a eles e lhe relatar brevemente, ou, na ouvida deles, o senhor voltar a repetir essa pergunta.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Se houver necessidade, o Deputado pode vir abrir mão do seu sigilo fiscal e bancário nos anos de 2003 para comprovação da sua evolução patrimonial nesses anos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Claro, e aqui eu quero aproveitar também para falar um pouco disso. Eu tenho, Deputado, nos meus 25 anos de formado, portanto de profissão, uma casa que eu comprei em 1991 na URBES, que é o órgão do Estado que constrói casas lá na Bahia — essa casa eu fui quitar agora em 2002 — e 2 carros. Esse é todo o meu patrimônio que eu tenho e não tem nenhum parente meu que adquiriu nenhum bem de 2003 para frente, está tudo...



Inclusive, anexeí minha declaração de bens, minha declaração de renda de 2003 e 2004 para que o senhor possa ter uma avaliação do meu crescimento patrimonial.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Deputado, não tenho mais nenhuma indagação a lhe fazer. Só quero comunicar que recebemos lá do banco a relação de presença comprovando a sua presença no dia 11 e no dia 18 de setembro no Banco Rural.

Não tenho mais nenhum questionamento. Estou satisfeito com as respostas que recebi.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Chico Alencar.

O advogado pretende fazer alguma pergunta? Não?

Deputado Chico Alencar, por favor.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Deputado Josias, V.Exa. informou que desses recursos 50 mil foram entregues, na sede do partido aqui em Brasília, pelo próprio então Tesoureiro Delúbio Soares. E havia uma mecânica lá, um método de registro deste recebimento?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deputado, lá no Diretório Nacional eu não sei. Penso que existe, porque, como imaginei ser um recurso do Diretório Nacional, não pode haver uma saída de um volume dessa natureza sem que exista um registro dele.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Foi aqui na sede em Brasília?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Aqui na sede em Brasília.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Em dinheiro?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Em dinheiro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Quando mesmo?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Por volta de setembro de 2003.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Setembro de 2003, relativos a dívidas...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - De 2002.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - ...de campanhas proporcionais de 2002.



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Proporcionalis. Porque, na verdade, eu fui com ele pedindo recursos para 3 finalidades e ele me deu esse dizendo para resolver esses problemas de pendências de campanhas e, em seguida, trataria das outras questões, o que não fez, para minha sorte.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E houve lá algum registro da sua parte do recebimento desses 50 mil.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Lá no Diretório?

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - É, aqui.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não. Foi simplesmente um dinheiro e...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Depois ele disse que providenciaria um outro montante igual. Porque a sua solicitação em nome do Diretório do PT da Bahia foi de 100 mil reais?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, eu fiz uma série de pleitos e indaguei se havia possibilidade dele me ajudar nessa tarefa de prosseguirmos com o crescimento do partido. Falou que sim, mas não tratamos de valores; quanto eu não tratei.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Faço essa indagação porque como membro do PT à época, inclusive do Diretório Nacional, esse tipo de procedimento das dívidas dos Diretórios Estaduais, que, provavelmente todos tinham, não era resolvido assim lateralmente.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deputado, essa dívida...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Aliás, solicitar esses aportes era considerado quase uma heresia na direção nacional, uma vez que era proclamado e repetido que cada um resolvesse os seus débitos regionalmente.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É verdade. Eu estou querendo dizer, que, na verdade, quando eu tratei com o Delúbio, eu disse: "Olha aqui, você sabe muito bem que um Município que estiver com a dívida agora e que vai disputar uma eleição no ano que vem vai ter dificuldade para levantar recursos para a campanha e vai ter dificuldade em ter uma desenvoltura eleitoral à altura do que a gente



aguardava”. E por isso é que eu fiz essa solicitação dele para esse recurso. O que eu quero deixar claro, Deputado Chico, é que ele me passou dizendo: “*Olha, faz o pagamento de dívidas de campanhas, porque os outros recursos, essa outra parte, nós trataremos depois.*” — regionalização do partido, essas coisas todas, que eram recursos, do meu ponto de vista, para serem contabilizados pelo Diretório Estadual, já que esse, sim, era um recurso do Diretório Nacional para o Diretório Municipal, Estadual. O que ele me passou, a meu juízo, era Diretório Nacional para candidatos.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E o gasto, o empenho desses 50 mil vindos do então tesoureiro do PT foi contabilizado? O pagamento de débitos... O que lhe coube a partir do momento em que, como Presidente do PT da Bahia, V.Exa. recebeu esses 50 mil?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A prestação de contas ficou para ser feita entre os que recebiam junto ao Delúbio.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, sim. Isso o senhor não tem ciência se foi feito.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mas posso me informar com o pessoal e lhe passar essa informação, ou passar para o Relator, como V.Exa. preferir.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Bom, então, o senhor afirma que depois foi uma vez ao Banco Rural.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu fui, eu, eu, eu...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Para não ficar impreciso, o senhor disse que não queria ficar discutindo se era uma ou duas — eu também não quero, é só para saber. O senhor afirma que foi uma vez.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, eu, eu, eu fui uma vez ao banco receber esse recurso. Se estive duas vezes, eu quero aqui dizer a vocês o seguinte: uma ou duas, recebi 50 mil lá no banco. É isso o que houve.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor admite que pode ter ido uma outra vez e não se recorda para quê.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Pode ser. Se fui na... deve... eu, eu, eu... Vocês não imaginam o bloqueio mental que ocorre numa pessoa que nunca se deparou com situações como essas, na hora de você ser indagado. Eu nunca estive numa situação como a que estou agora. É uma coisa, assim, muito difícil, para quem



tem uma personalidade como eu. Sou muito fácil para resolver questões para os outros. Quando trato questões para mim mesmo, eu fico desapontado, por conta de situações, como disse o Relator, quando me perguntou qual foi a minha reação. De completa indignação, porque, é muito ruim para mim. Eu sou uma pessoa muito dada, muito alegre, muito... Fiquei muito... Por isso, me desculpe, mas se estive duas vezes, Deputado Chico, eu fui para fazer o recebimento. E eu quero que Deus me ajude realmente lembrar dessas duas idas. Mas se está registrado que fui, fui.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Essa ida ao Banco Rural — independente se foram uma ou duas vezes —, ela foi orientada pelo então Tesoureiro Delúbio. E qual é o espaço de tempo aproximado entre o recebimento desse dinheiro em espécie na sede do PT, em Brasília, e a ida ao Banco Rural?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Foi uma ou duas semanas. Não...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não foi muito tempo?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não foi não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E ele disse, na ocasião em que lhe entregou os primeiros 50 mil, que logo viria a outra parte?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Aguardasse um telefonema para saber como proceder. Foi assim. Não teve: *“Olha, tal dia vai ter mais”*.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E aí houve esse telefonema.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Houve o telefonema.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Dele próprio?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Dele para mim.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Com essa orientação?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - *“Vai ao Banco Rural, se encontra com fulano de tal”*. A pessoa, não lembro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Falou da agência do banco.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Falou da agência do Banco Rural.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não disse para ir ao 9º andar do Brasília Shopping apenas.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, do Banco Rural.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor, quando foi lá, sabia que era uma agência bancária. Sabia que...



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Exato. E aí é outra coisa, Deputado Chico Alencar, que, veja, como eu poderia imaginar — o tesoureiro nacional do meu partido: “*Vá a um banco receber um recurso*” —, como é que eu poderia imaginar que ali estivesse sendo operado um esquema, que depois veio a sair na imprensa?

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Aí, é uma indagação minha, não necessariamente para o nosso Deputado Representado. A sede do PT de Brasília é nesse mesmo prédio do Banco Rural?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É pertinho.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não. É outro, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É bem pertinho, é bem pertinho.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não é no Brasília Shopping?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não. Era no prédio da VARIG, mas perto.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Perto, não é? Em lá chegando, no Banco Rural, o senhor foi ao caixa ou foi um atendimento lateral?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não fui... Eu me apresentei, o rapaz disse que a pessoa, o nome lá que não me lembro agora, tinha saído, mas aí quando eu me identifiquei quem era, ele disse: “*Não, então, entre aqui.*” E eu fui. Julgo que seja a tesouraria do banco, porque era um espaço reservado e lá ele me entregou um volume. Foi aí que eu dei a minha carteira para ele fazer cópia para assinar o recebimento.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Então, não foi no caixa, não foi uma operação bancária corriqueira, normal, ortodoxa, digamos.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mas veja. Pelo volume, eu também pensei isso, mas, pelo volume, julguei que ele achou por bem fazer isso — sei lá — na tesouraria, acho que era ali, do que fazê-la no caixa normal, dado o volume.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E houve a conferência do dinheiro, na hora?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Houve.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Eu estou fazendo essas indagações porque os vários processos aqui no Conselho têm interfaces. Às vezes, esses dinheiros foram recebidos no mesmo lugar. Então, é interessante, como eu também



tenho o meu trabalho específico de Relator, ver se o procedimento era sempre o mesmo. Quando o então Tesoureiro Delúbio Soares lhe indicou a ida ao banco, ele falou a quem deveria procurar lá?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - O nome do funcionário.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Falou o nome de um... E era um funcionário do banco?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Do banco.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Um rapaz.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor não lembra quem era?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não lembro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E aí em uma sala que não era... Quer dizer, uma sala interna, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Para além do balcão.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Nem me lembro agora o espaço físico do banco...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - ... como era, mas sei que entrei, dirigi-me... Não era o local de atendimento ao público.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E ele exigiu um documento, coisa assim?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Pediu-me um documento para atestar que eu havia recebido os 50 mil. Eu quero aqui, também, aproveitar para dizer ao Relator e ao nosso Presidente que eu fiz a entrega, e no recibo não constava nenhum Marcos Valério, nem Banco Rural, nem Banco BMG, nada disso, SMP&B, nada disso existia.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Aí, é claro, o Relator deve saber, porque acompanha o caso com detalhes. Mas o seu nome aparece mencionado pelo Sr. Marcos Valério como um dos sacadores de recursos que ele teria viabilizado junto com Delúbio?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É que há um documento que informa que eu saquei no dia 11 e um outro documento que eu saquei no dia 18. Esse documento é um documento intrabancário — não é? — de uma agência de Minas Gerais que vem para cá, para Brasília. E é só esse o documento. Não fala o nome. Nesse documento que eu vi lá não cita o nome de Marcos Valério.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor viu onde?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu vi já nos autos agora.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Aqui da Corregedoria ou da CPI?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Da CPI, da CPI.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Hum! Hum! E, então, esse rapaz do banco, provavelmente funcionário do banco, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sim, com certeza.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Esse dinheiro foi entregue em um envelope? Ou era um dinheiro conferido? Ele foi conferido na hora?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Era em um envelope. Todos... Aquele... Os volumes normais — não é? — de recursos. Empacotados, não é?

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sim. Sim, mas em um envelope fechado?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Fechado, sim.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor não conferiu na hora?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu conferi no banco, eu conferi.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Hã! E a partir daí, de novo, aí esses recursos foram levados até à Bahia e lá...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Entregues para os beneficiários, não é?

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Quer dizer, a contabilização deles, também, se houve, foi dos que com esses recursos saudaram dívidas de campanha e a tesouraria nacional do PT...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor mesmo não tem nenhum documento?





**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, porque eu fui um intermediário, na condição de Presidente do partido, desse pleito. Como teria, se houvessem outros, também, sido o intermediário. Só que não houve, não é?

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Quer dizer que o senhor, na condição de Presidente do partido, não se preocupou em fazer um registro próprio, como Presidente do partido na Bahia, em relação a esses 100 mil reais, como um todo?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Então, porque veja. Como o recurso, Deputado Chico Alencar, não era, primeiro, não era para mim, depois não era para o Diretório Estadual, eu não tinha como fazer qualquer movimentação com esses recursos a não ser o que fiz. E quanto a... Porque eu havia dito ao Delúbio que eu precisa de recursos para aqueles 3 fins. Ele me disse: *“Olha aqui, faz o repasse para o pessoal pagar dívidas de campanha.”* Estou eu seguro de que isso aí, esse fluxo daí para frente deixaria de existir entre eu e Delúbio e, se houvesse a necessidade, no máximo ele se reportaria a quem recebeu o recurso.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E eram candidatos a Deputado Estadual e Federal, em 2002?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Estadual, em 2002.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, só Estadual. Todos da lista do PT?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, 3, porque ele me falou o seguinte: *“Daqui a pouco eu vou vendo a disponibilidade e lhe passo mais recursos.”* Não houve o repasse, como já afirmei. Mas eu iniciei com 3 Parlamentares, 3 candidatos que não se elegeram. Por que a escolha dos que não se elegeram? Exatamente porque eles não tinham a possibilidade de ter um salário, ter uma verba, uma coisa para quitarem dívida.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas, como é publico e notório, isso existe em todos os partidos. Há maiores afinidades políticas dentro de um mesmo partido. Esses 3 fizeram dobradinha com V.Exa. ou não se pode afirmar isso?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - No caso, veja, tivemos, na nossa campanha, 9 candidatos a Deputado Federal. Foram poucos, 9.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Nove candidatos?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A Deputado Federal.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Pelo PT na Bahia, só 9?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Só 9, dos quais se elegeram 7. Então é muito comum.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Nove candidatos e 7 eleitos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Nove e 7 foram eleitos. A coligação nossa elegeu 10. Então, veja, e eu tenho uma particularidade: eu fui votado em 384 Municípios. Então, o arco de candidatos que eu dobrei foi bastante amplo. Mesmo não sendo, como o Deputado que foi do nosso partido sabe, mesmo não sendo da minha corrente, eu tive dobradas também com outros. Esses aí eram da mesma corrente. Mas, excepcionalmente, eu tive com vários, como eu disse, quem foi votado em 384 Municípios, e eram cerca de 26 ou 27 candidatos do PT, fora os demais da coligação.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor entregou esses recursos diretamente a eles?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A eles.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E como tinha esse lado mais informal, eles foram instados a fazer uma prestação de contas à Tesouraria Nacional ou isso também não ocorreu na hora e foi feito *a posteriori*?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu creio que foi feito posteriormente. Não sei. Isso aí eu posso... Porque o Conselho terá oportunidade de fazer esse questionamento aos próprios candidatos.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, eles virão?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Virão. Alguns deles, não sei se todos. Eu arrolei, mas alguns virão, e dá para fazer esses esclarecimentos mais precisos.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor hoje adotaria um procedimento diferente? Essa é uma pergunta que eu faço para todo o mundo, não é para constranger ninguém, porque a vida é assim, a gente erra e repensa.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Completamente. Deputado Chico Alencar, completamente. Eu hoje quero lhe dizer que é doloroso estar na condição que eu estou, e repito, sem saber o que estava acontecendo. Dirigi-me de peito aberto ao tesoureiro nacional do meu partido, como sempre fiz em situações outras,



os recursos indo, prestando conta, tudo certo, a Justiça eleitoral baiana aprovando as minhas contas, como Presidente do partido. Eu confesso que não precisava de tamanho sofrimento para a gente ter que fazer uma coisa mais correta. E repito, olha, eu sei o quanto dói na minha vida estar passando por uma situação como essa. Eu tenho certeza de que eu vou ser inocentado, porque eu não tinha a menor intenção de entrar em qualquer situação como essa que estou vivendo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor menciona esse episódio na sua defesa, então, por isso vou abordar. Qual a origem dessa suposição de que esses recursos teriam sido repassados para familiares seus?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Então, é porque aqueles 5 mil reais que foram passados na conta do meu irmão... Porque é o seguinte: eu tenho um irmão que é quem, lá em Itabuna, no meu escritório, faz a gerência dos recursos lá do meu escritório.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ele trabalha com o senhor?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Ele é informal. Ele não é funcionário do gabinete. Então, eu passei esses 5 mais esses...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Cinco mil?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É. Já havia sido gasto para esse fim que eu tomei o dinheiro, que eu pedi o dinheiro a Delúbio, para o fim de pagamento dos candidatos. O que eu quero dizer é que 100% desses recursos foi utilizado pelos candidatos. O adiantamento que eu fiz é que eu repus.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Eu não entendi bem.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu adiantei...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Cinco mil dos primeiros 50 mil...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu, quando estive no banco, pedi que ele fizesse esse repasse, porque eu havia feito um anterior a esse repasse de Delúbio. Havia adiantado para o pessoal em Ilhéus pagar um carro de som de 5 mil reais. É isso que ocorreu.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas quem pagou foi o seu irmão, por isso que o nome dele surgiu?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, porque esse eu tirei do meu, para pagar, e, quando eu recebi o dinheiro, avisei a Delúbio que ia fazer isso, e ele, sem problema, e eu repus.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Eu só não entendi onde é que entra o seu irmão na história.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É porque o recurso foi do meu escritório em Itabuna, e o meu irmão é quem tem uma conta, que eu abri, para ele gerir as contas do meu gabinete.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Está bem, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra agora a nobre Deputada Angela Guadagnin.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Sr. Deputado, Relator, Presidente, desculpe-me se alguma coisa eu vou perguntar de novo, mas é porque eu tive que me ausentar para ir à Comissão de Seguridade.

O senhor agora, respondendo ao Deputado Chico Alencar, referiu que repassou para candidatos a Deputados Estaduais. Quantos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Três.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Quais são os nomes deles?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Everaldo, foi o Martiniano e o João Chaves.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Como foi esse critério de ...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Ali foi o seguinte: todos os candidatos que tiveram, não se elegeram, uns mais outros menos, procuravam a mim, na condição de Presidente, para pedir ajuda. E eu, quando recebi o recurso e a promessa de que outros viriam, optei por dar para aqueles que estavam, na minha opinião e pelos relatos deles, em situação mais necessitada.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Esse carro de som a que o senhor se referiu agora há pouco foi de um desses Deputados?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Foi do Everaldo.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Ah, foi um desses Deputados, candidatos a Deputados?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Perfeito, perfeito.



**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Quanto que cada um recebeu?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Foi variável, porque o Martiniano, acho que foi uns 22 mil, o outro uns 10 e o restante foi do Everaldo.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - O senhor também falou uma outra coisa, Deputado, que, quando foi ao banco, que assinou um recibo, um documento dizendo que recebeu aquele dinheiro, nesse recibo estava escrito o quê? Estava no nome de quem? Estava no seu nome, que o banco repassou para o senhor. Agora quem deu esse dinheiro? Normalmente, quando alguém recebe, você assina um recibo: "Eu recebi do senhor fulano de tal, recebi do..." O senhor lembra?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu recebi o dinheiro do funcionário do banco, que me pediu um documento para fazer o recibo do recurso, e eu dei a minha...

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - O repasse do recurso.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - ...dei a minha carteira parlamentar e ele foi num outro local lá e tirou, e eu assinei como havia recebido nesse...

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Assinou nesse xerox da sua carteira?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Nesse xerox da minha carteira.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - O senhor não assinou um recibo. "*Recebi do senhor fulano de tal o valor... Recebi do Banco Rural... Recebi do...*" O senhor não deu um recibo para alguém, o senhor assinou a cópia do seu documento. É isso?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É. Exato. Ele traz a cópia da minha carteira e eu assino.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Tá. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, nobre Relator, nobre colega Deputado Josias, senhor advogado, nobres pares, eu começo, nobre Deputado Josias, a indagar por uma dúvida que, para mim, persiste quanto à data



ou datas de recebimento desses valores. Quando efetivamente V.Exa. recebeu os recursos? Em que mês e ano?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Setembro de 2003 e um recurso, isso entre 10 a 20 de setembro.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - De 2003?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - 2003.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - No relatório da sindicância, que traz à colação as informações das CPMIs, as datas são de 2004, 11/09 e 18/09. Diante da divergência, Sr. Relator, considero de suma importância que V.Exa. possa eliminar essa dúvida que considero um ponto crucial em nosso trabalho: se foi 2004 ou 2003. O relatório diz 2004. Se houver de fato divergência e prevalecendo, em tese, 2004, creio que toda a tese da defesa sucumbe, já nesse ponto.

Mas prossigo, aproveitando uma indagação última da nobre colega Deputada Angela. V.Exa. diz que assinou um recibo ou não assinou recibo?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Assinei.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E declara, no recibo, que recebeu de quem a importância?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deputado Jairo...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Esse recibo pode estar disponível aqui?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Ele está. Eu, Deputado Jairo Carneiro...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O nobre Relator tem em mãos? Diz de quem recebeu? (*Pausa.*) V.Exa. pode esclarecer?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O relatório realmente cita o ano de 2004, mas acreditamos que é um erro material, porque todos os dados referem-se a 2003, inclusive esse documento do banco em que o Sr. Marcos Antônio, de Belo Horizonte, encaminha um documento interno para o Sr. José Francisco, aqui de Brasília, autorizando o Sr. Josias Gomes da Silva, registro 200, a receber a quantia de 50 mil reais, referente ao Cheque nº 745696, da SMP&B Propaganda, que se encontra em nosso poder.



Imagino, como assina o Marcos de Carvalho, que este cheque esteja em poder lá em Belo Horizonte. E o Deputado Josias assina nessa cópia fac-símile dessa comunicação interna.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E a data?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Não coloca a data aqui, só tem a data em cima, que é 11 de setembro de 2003, a data do fac-símile.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Pode-se identificar que as letras são as mesmas?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - A letra da assinatura do Deputado Josias?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - As letras principalmente da data, comparando com as demais do texto.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O que pode ter ocorrido é essa comunicação interna ter chegado ao banco, deve chegar no mesmo dia, tudo por fax, por fac-símile, no mesmo dia; ele tenha recebido 1 ou 2 dias depois, e não tem aqui a data desse recebimento. Mas, juntando um outro documento que nos foi encaminhado, que mostra as datas em que esteve efetivamente lá no banco, um documento mostrando que houve a presença no dia 11 de setembro...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - De que ano?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Dois mil e três e depois no dia 18 de setembro de 2003. Ou seja, se foi 2 vezes ao banco e só recebeu numa dessas datas, não sabemos em qual das 2 foi que recebeu 50 mil. No dia 11, que coincide com a data do envio desse fac-símile, poderia ter sido uma das duas datas em que recebeu, e teria voltado lá no dia 18 por qualquer outro motivo.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Prossigo, mas deixo aos cuidados de V.Exa. fazer as averiguações.

Nobre Deputado Josias, existe uma declaração que foi divulgada pela imprensa e que foi autêntica de V.Exa., dizendo que teria ido uma única vez ao banco fazer pesquisa de taxa de juros. A que V.Exa. atribui essa sua declaração?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olhe, Deputado, na verdade, essa não é uma inverdade. Eu estive no banco para buscar esse recurso que o Delúbio me autorizou e aproveitei e tratei dessa questão. Por que falei apenas isso naquele primeiro momento? É que eu já tive oportunidade de dizer da minha perplexidade quando a notícia saiu, da forma que saiu, no *Jornal Nacional*. Primeiro, argumentando que eu havia sacado... Não dizia que eu havia sacado diretamente, mas que tinha uma relação entre 235 ou 250 mil reais que tinha chegado naquele dia e que naquele dia eu teria comparecido no banco, deixando entender que eu havia recebido esse volume. Segundo...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Desculpe. V.Exa. entendeu ser prudente declarar apenas que foi fazer a pesquisa da taxa de juros?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Escute. Então, essa foi uma coisa que me deixou em primeiro momento assustado. Ora, eu não fui receber esse volume todo, ou 250, ou 235. Segunda questão, o recurso seria da SMP&B, também não era verdade; terceiro, dinheiro do mensalão, não era verdade, dinheiro de Marcos Valério, desconhecia esses fatos. Aguardei — e isso não demorou muito tempo — que o Delúbio se posicionasse, me esclarecesse o que de fato estava acontecendo comigo aquele momento.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - E por isso fiz aquela indagação, de olha aqui... Porque de fato perguntei mesmo as questões de juros. Mas quero lhe dizer, Deputado, que eu fui receber o recurso. Agora, é claro que numa hora daquela, com aquele volume de informação... Mas veja que em seguida eu...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Muito bem. Então, V.Exa. tinha absoluta certeza de que esse era um dinheiro limpo e que era um dinheiro oriundo do seu partido. E por que então omitiu isso? Que temor haveria em V.Exa. de omitir a verdade, se V.Exa. tinha absoluta certeza de que era um dinheiro limpo, oriundo do seu partido? Eu insisto.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deputado Jairo Carneiro, eu quero lhe dizer que essa foi uma primeira situação onde eu recebi um choque danado e aguardei que o Delúbio Soares explicasse para a opinião pública brasileira de que eu não havia participado de nenhum esquema desse de mensalão.





**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. imaginou que foi usado, que foi traído na sua boa-fé pelo Sr. Delúbio naquele momento?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mas, claro. Porque...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E por que não denunciou isso de pronto?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Denunciei quem?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - A ele.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A Delúbio?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu não tive acesso a Delúbio.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não, eu falo denunciar pela imprensa, denunciar perante qualquer autoridade.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mas eu precisava ouvir do Delúbio alguma explicação: *“Olha aqui, Josias, eu lhe traí. Olha aqui, Josias, eu fiz isso”*.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E o seu nome saiu na imprensa de uma maneira deplorável...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Evidente, evidente. É. Mas veja, Deputado...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Atingindo a sua honorabilidade, e V.Exa. julgou que deveria omitir.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, deveria esperar que...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Esperar. Vamos lá. Prossigo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - ...o Delúbio Soares fizesse pelo menos uma explicação pública, que veio a fazer 3 dias ou 4 dias depois.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Vou pedir o auxílio novamente do nobre Relator. V.Exa. leu um documento — eu pediria que o lesse novamente — sobre a questão do recurso, uma mensagem para o banco, alguma coisa assim, para que pudesse autorizar o Deputado Josias a receber a importância. Peço que ele releia o documento.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - É um documento interno do Banco Rural que diz em cima: encaminhamento de fac-símile. Datado de



11 de setembro de 2003. Remetente — do lado esquerdo —: Marcos Antônio.  
Empresa: Banco Rural. Setor...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Marcos Antônio...?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Marcos Antônio.  
Empresa: Banco Rural. Setor: Agência Assembléia. Cidade: Belo Horizonte. E o número do fax pelo qual foi remetido: 0313335. Destinatário: Sr. José Francisco, do Banco Rural. Agência: Brasília, cidade de Brasília.

Imagino que só tenha uma agência, porque agência Brasília é uma só.  
Assunto: saque: *Autorizamos o Sr. Josias Gomes da Silva, registro 200, a receber a quantia de 50 mil reais, referente ao cheque nº 745696, SMP&B Propaganda Ltda...*

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Peço licença a V.Exa. e pergunto se a assinatura do Deputado Josias Gomes está nesse papel?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Neste papel.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Então, Deputado Josias, perdoe-me, V.Exa. não pode alegar em nenhum foro que não sabia a origem do dinheiro. V.Exa. assinou...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deixa eu... deixa eu... deixa eu lhe dizer...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. assinou o documento, leu e o assinou dizendo que a origem é SMP&B.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, Deputado, deixa eu... deixa eu lhe informar. Eu, na verdade...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Acho que contra fatos documentados... V.Exa. tem o direito de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Josias Gomes, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É o seguinte, Deputado: eu quero lhe dizer, com todo o carinho que nós deveremos ter com uma coisa que trata-se, trata da vida das pessoas, que eu não estou aqui, de modo algum, pretendendo fazer uma fala para não trazer a debate as questões que eu estou vivendo. Eu quero esclarecer. Mas me ouça...



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu lamento profundamente. Nós somos amigos e colegas, sem termos maior intimidade, mas lamento profundamente as evidências incontestáveis do que está escrito diante do que está sendo dito.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, eu pedi, eu pedi à Polícia Federal que fizesse uma, como é?, o exame grafotécnico dessas assinaturas, porque eu não lembro de ter assinado tantas vezes quantas estão aqui. E... Deixa eu dar uma olhada aqui. O gozado é que a assinatura que eu tenho... que tem aqui, eu, sinceramente, eu gostaria que o senhor desse uma olhada, porque olha, primeiro ele trouxe...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. está questionando a assinatura?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deputado, ouça, por favor. Eu não lembro de ter assinado um outro documento que não o que estava com a minha carteira parlamentar aposta sobre ele. Porém, se o senhor observar o documento, ele não é um documento onde está assim... A assinatura está fora inclusive do... O documento é esse aqui, e a assinatura está aqui. Não tá... Não... Esse aqui, esse aqui. Eu quero lhe dizer o seguinte: posso ter assinado? Não vou lhe negar que posso ter. Agora este documento aqui, na hora eu assinei, o que eu me lembro mesmo, foi o documento que veio com a minha carteira parlamentar.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. tem o direito de requerer uma perícia.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mas eu fiz, eu requeri na Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Muito bem. Até por perito particular...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, eu pedi...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - ...que não vincula o Conselho. Mas eu acho que seria uma grande providência em seu favor, porque considero, com toda sinceridade, que é extremamente grave o que está apurado agora.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu já pedi a perícia.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Extremamente grave. Diante do que V.Exa. disse na sua defesa e diante dos documentos que estão aqui à frente de V.Exa.

Prossigo. V.Exa., em alguma oportunidade, manteve qualquer contato com o Sr. Marcos Valério?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Nenhum.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nem pessoalmente?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nem em Palácio? Nem por telefone? Nunca?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Nunca. Nada.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Com alguém das empresas dele?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nunca?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nunca o viu?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Depois... Não, antes Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O contato com V.Exa. para ir receber o dinheiro foi feito pelo Sr. Delúbio.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Delúbio.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E ninguém da SMP&B ou de qualquer outra empresa do Sr. Marcos Valério fez contato com V.Exa. a respeito dos recursos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, olha, eu recebia telefonemas de Secretárias de Delúbio para outras finalidades. Pode alguma ter me alertado isso, agora, dessas empresas, eu não recebi, não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - De qualquer empresa do Marcos Valério.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Que me conste não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. coloca à disposição do Conselho todos os registros telefônicos...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sem dúvida.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - ...de todas as suas linhas telefônicas?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Pode.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - De Itabuna, da Bahia, de Brasília...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Pode.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - ...de todos os lugares?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Pode, todos.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Então, poderia trazer essas informações para o Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Está bom.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. integra que corrente do seu partido?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sou da Articulação.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Da Articulação. E o Sr. Delúbio?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Articulação.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas o senhor disse que só tinha relacionamento estritamente institucional.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - O relacionamento institucional que eu me refiro aí é em relação a esse tema, mas a instituição que eu quero falar...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Ah, sim. É porque, pelo que está dito no relatório que eu li, que integra a sua defesa, que é parte de depoimento de V.Exa., creio que na sindicância, talvez V.Exa. deixa claro e patente que única exclusivamente o seu relacionamento era institucional. V.Exa. não diz em nenhum momento aqui: *"Olha, o Delúbio era companheiro de mesma corrente. O Delúbio era meu amigo"*. Apenas institucional.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Então, vamos precisar o que eu estou chamando de relacionamento institucional. É o relacionamento...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Então, me diga o outro que havia com ele, porque esse já está claro. Eu gostaria de saber qual era o outro que havia com ele.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu quero dizer que ...



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. sinta-se à vontade. Se existia outro tipo de relacionamento, diga.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, eu estou querendo dizer, Deputado Jairo Carneiro, que a minha relação com o Delúbio era institucional, de presidente do partido para dirigente nacional. E com isso eu quero dizer que eu não tenho relações de amizade, de sair para jantar, de... uma outra relação. É nesse sentido que eu me referi na minha defesa.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu já estou concluindo, mais 2 ou 3 indagações. V.Exa. poderia ter ingresso, acesso sem apresentar identidade?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Lá no banco?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Se eu tinha... Se eu poderia...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Poderia ter acesso sem apresentar identidade, identificação?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - No banco... No recinto?.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu creio que não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não. Mas é porque V.Exa. fala sobre a sua extrema boa-fé. *“Minha boa-fé era total, expressa na confiança...”* Não é essa a parte. Mas ainda falando, repisando sobre a boa-fé, diz que, inclusive, *“a boa-fé era total, tanto que o Representado agiu de maneira clara e sem nenhum subterfúgio. Fez o que o tesoureiro nacional do partido indicou: compareceu ao Banco então indicado, pessoalmente, e, ainda, apresentou a própria identidade Parlamentar para ser copiada e anexada ao termo de recibo do numerário (...).”* Preste bem atenção: aqui dispensa a aferição da boa-fé, num momento em que é uma exigência para acesso que qualquer pessoa apresente a identificação.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mas eu quis me referir, Deputado, ao fato de eu ter entregue a minha carteira parlamentar. Eu dispunha de outros documentos. Eu tinha tanta absoluta certeza de que eu estava fazendo algo muito lícito e, portanto, que dei a carteira parlamentar, algo que muito me orgulha ser Deputado do meu Estado. Por isso que eu me referi a essa boa-fé. É lógico que eu, para entrar, tinha que dar um documento, mas eu poderia dar a minha identidade,



como eu poderia ter mandado um assessor. Não o fiz por não ser uma atividade Parlamentar. Era uma atividade de presidente do partido, e eu fui diretamente ao banco com a finalidade de cumprir o que eu já me referi há pouco.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Outros colegas de partido, dirigentes partidários estaduais também receberam recursos dessa fonte. Está a relação na lista do Sr. Marcos Valério. V.Exa. era dirigente e outros colegas seus contemporâneos também eram dirigentes. Teve conhecimento, tinha conhecimento dos outros ou de alguns outros que também receberam?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não tenho.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Todos vivendo aflições, necessidades para resolver problemas, não dialogavam entre si sobre essas necessidades?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, falar sobre dívidas de campanhas dos Estados, sim, mas saber quem estava ou recebia, quanto etc, se foi...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas dialogavam, diziam: "*Olha, eu estou pedindo ao Delúbio, já estou perdendo a paciência, e até agora nada*". Não conversavam sobre essa aflições? Vou fazer uma indagação que não está propriamente no contexto da investigação, mas é o fato último, divulgado pela imprensa nacional, sobre as famosas camisetas. Dois milhões e mais alguma coisa de camisetas. V.Exa. teve conhecimento dessa camisetas?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A que a imprensa está se referindo agora? Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Do Vice-Presidente José Alencar.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não tive não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O diretório estadual não recebeu nenhum pacote de camisetas?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Dessas para... Olha, camisetas de campanhas, essas coisas, isso são feitos pelos candidatos. O Diretório Estadual da Bahia não recebeu nenhuma... A mim não foi passado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Tá. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O último orador inscrito é o Deputado Orlando Fantazzini e, posteriormente, nós ouviremos a testemunha, no caso, o Deputado João Paulo.

Então, com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Obrigado, Sr. Presidente, queria agradecer, cumprimentar o ilustre Relator, Deputado Josias, o Dr. Márcio Silva. Deputado Josias, V.Exa. disse que é formado em agronomia. Há quanto tempo V.Exa. é formado em agronomia.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu formei em 1980.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Em 1980. Há quanto tempo V.Exa. está na vida pública? Pública com mandato.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É o primeiro.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Esse é o primeiro mandato?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Primeiro mandato de Deputado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas anteriormente V.Exa. não teve...?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Fui dirigente do partido em Rondônia, fui dirigente... Fui fundador na Paraíba, ainda na época de estudante, fui também dirigente do PT... Na Paraíba eu não fui. Fui só fundador. Fui dirigente estudantil na Paraíba, fui dirigente sindical em Rondônia, fui dirigente partidário em Rondônia, candidato a Vice-Presidente, a Vice-Prefeito em Porto Velho, em 85. Dirigi campanhas lá, ajudei na campanha das Diretas, em 83. Em 89, vim para a Bahia e ajudei a coordenar a campanha do companheiro Lula lá na região cacauzeira. Em 90, coordenei a do companheiro Geraldo para Deputado Estadual. Em 2002, fui coordenador da campanha de Geraldo para Prefeito de Itabuna — e vitoriosa tanto a de 90 quanto a de...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - De 2000.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A de 2000. Tanto quanto a de 2002. Mil novecentos e noventa, Deputado, perdão, 90 e 92. E fui Secretário Municipal, o cargo, o nome é Secretário de Assuntos Estratégicos, mas, na verdade, era Secretário de Governo na Prefeitura de Itabuna. Fui Vice-Diretor-Geral da





Assembléia Legislativa de Rondônia. Alguns cargos assim que eu, durante esses 25 anos de vida pública, exerci.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mandato, esse é o primeiro?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mandato é o primeiro.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas o senhor tem uma vasta experiência na vida pública.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E tem também conhecimento, até em razão de seu próprio nível universitário, sem dúvida alguma. V.Exa. alega que repassou os recursos que recebeu do Sr. Delúbio para 3 candidatos que não se elegeram. E os 3 candidatos são de Itabuna?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Salvador, Valença e Itabuna.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Salvador, Valença e Itabuna. E isso foi um critério, obviamente, de V.Exa., na qualidade de presidente do partido, uma vez que entendeu que eram as candidaturas mais frágeis e que tinham necessidade de saldar mais rapidamente as dívidas que haviam feito. E esses 3 também são do mesmo grupo político de V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sim. Não, um. Não, não, não. Dois, sim; um, não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E é de que corrente política do partido?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Independente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - É independente. E, além dos 3, outros candidatos também não se elegeram em seu Estado?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sim, claro. E é isso que eu falei, porque, na verdade, o Delúbio me disse: *“Olha aqui, toma, e nós vamos, a partir de agora, ter uma certa liberação etc”*. Graças a Deus, não ocorreu. Mas eu fiz essas primeiras, eu passei esse primeiro recurso na certeza de que viriam outros.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Esse primeiro recurso são os 50 mil que o senhor recebeu em dinheiro no diretório nacional?



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sim. Isso.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E os outros 50 mil?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Do banco.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Também?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - No banco.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas o senhor também repassou para esses mesmos candidatos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Repassei.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Para os mesmos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Para os 3 mesmos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Eu estou perguntando isso... V.Exa. sabe que eu fui do PT. Nunca fui da direção nacional do partido, mas eu vejo assim uma certa relação, porque, se não me falha a memória, os demais Deputados também que estão sendo ouvidos aqui no Conselho de Ética também todos são da Articulação. Todos, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É. Sim. São.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Todos são. V.Exa. procurou o Tesoureiro Delúbio, teve um diálogo com ele, alegando necessidade de recursos para saldar dívidas de campanhas de candidatos do partido no Estado. Aí, ele faz contato com V.Exa., V.Exa. vai até a sede nacional e ele lhe entrega recursos. E V.Exa. não assina, não firma nenhum recibo. É um procedimento normal, natural da tesouraria de um partido?

Por exemplo, V.Exa. foi Presidente do Diretório Estadual. Era comum o Tesoureiro, no Diretório Estadual, fazer repasses de recursos, não pegar recibo de quem recebeu os recursos? Como é que fazia para dar o lançamento na contabilidade oficial do partido?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Essa questão, eu tenho que lhe dizer, Deputado Fantazzini, que essa explicação eu preciso ouvir ainda do Delúbio, porque eu, na verdade, não atinei para esse fato na época em que eu fui receber o recurso. Agora confesso não ser uma coisa normal esse repasse, mas julguei, pelo fato de as



campanhas, de os pagamentos de dívida serem do Parlamentar e não do partido, que esse fosse um procedimento adotado no sentido de esse Parlamentar, esse candidato, fazer a prestação direta ao Diretório Nacional, e ele, então, incluir na sua prestação de contas.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Também para o senhor não veio no momento nenhuma reflexão no sentido de *“bom, as despesas foram da campanha de 2002, já foram feitas as prestações de contas, portanto, isso deve sair por fora, porque não vai ter como prestar contas. Portanto, é por isso que eu não estou assinando nenhum recibo.”* O senhor não fez essa reflexão?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não fiz. Não fiz.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não fez. E o senhor esperava que os candidatos prestassem conta ao partido, mas que não...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Ao Diretório Nacional.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Ao Diretório, mas não que regularizassem a sua situação...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Na Justiça Eleitoral?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - ...na Justiça Eleitoral.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não posso ver, porque essa é uma questão, que eu também tenho que lhe confessar, que eu não entrei nesse detalhe, já que eu apenas fui o intermediário entre o Delúbio e o ex-candidato.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Insistiu com o Delúbio: *“Escuta, não preciso assinar um recibo? Delúbio, me dê um recibo!”* Não insistiu?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, porque esse era um recurso que não era nem para meu usufruto, muito menos para o Diretório na Bahia.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sim, mas estava saindo da Tesouraria oficial do partido!

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Perfeito. Mas eu imaginei que fosse ser resolvido entre os candidatos, conforme eu disse: *“Olhe, passei para esse, esse”*. E aí houvesse essa...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Pediu um recibo aos candidatos para justificar...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - ...perante o Diretório Nacional...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Não pedi.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - ...Nacional, dizendo: “Olha...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não. Não pedi. Não. Pedi...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - ...*o dinheiro que você me deu, eu distribuí em 20, 10 e 20. Estão aqui os recibos das pessoas que receberam*”. Também não?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, Deputado, o que tem hoje de comprovação está nos autos, que é...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, à época. Eu estou perguntando à época. O senhor também não pediu recibos aos candidatos para poder prestar contas ao Tesoureiro Nacional de que o senhor, de fato, entregou os recursos?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - É isso que eu estou lhe dizendo: essa informalidade, ainda que ela tenha existido, eu quero dizer que — o que eu respondi para o Deputado Chico Alencar —, se eu tivesse que refazer, essa seria uma que eu não faria.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, não, eu só estou perguntando se o senhor não pediu.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não fiz.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não pediu. O senhor disse que, à época, não conhecia o Marcos Valério — à época dos fatos —, mas que depois veio a conhecê-lo. Em que circunstância, quantas vezes o senhor o viu, teve contato posteriormente?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, veja, o que eu estou dizendo é que conheci depois pelo noticiário. Mesmo depois eu não tive contato.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Nunca teve contato com ele?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não tive, não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Então o conhecimento que o senhor tem do Sr. Marcos Valério é pela televisão, pelos jornais?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Isso.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas nunca teve uma relação, mesmo posteriormente?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não tive, não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E o conhecimento pessoal? Isso o senhor nunca teve?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Se eu tive conhecimento...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, não, Deputado, conhecimento pessoal com ele.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não. Isso eu nunca tive.

**SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Só pelos meios de comunicação?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Só.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sr. Relator, eu gostaria de fazer um questionamento a V.Exa., se há algum outro documento nos autos, com assinatura do depoente, e se V.Exa. já procurou, obviamente a olho nu, verificar se a assinatura que consta do procedimento tem semelhança com aquela firmada junto ao Banco Rural.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Há, e essa foi uma preocupação. Temos aqui a assinatura do Deputado Josias numa procuração em que consta como outorgado o Dr. Márcio Luiz Silva, advogado, ao qual ele concede poderes *ad judícia* para representar os seus interesses aqui nesse processo. Há também a assinatura na xérox da própria carteira da Câmara dos Deputados, e as assinaturas, a olho nu, parecem semelhantes.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Relator, um minutinho?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Nessa assinatura da xérox da carteira parlamentar há uma referência a recebimento de quantia?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Nada, é só uma assinatura numa fotocópia da carteira de parlamentar?



**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sim, e está a sua disposição. É apenas uma xérox da carteira de Parlamentar; nenhuma assinatura.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sem nenhuma indicação outra de “recebido”?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Nesta cópia, não. Pareceu-me até lógico; por isso não fizemos maiores perquirições de que a assinatura constasse realmente numa xérox do fax onde consta o recebimento de 50 mil, que fica uma assinatura casada com o recebimento, logo abaixo. Eu aponho minha assinatura junto a um documento que autoriza o recebimento, enquanto que, se eu tivesse uma assinatura simplesmente abaixo de uma carteira, ela pouco significaria.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sim, mas pelo que entendi, o Deputado Josias tem convicção plena de que assinou essa aí, se recorda plenamente que assinou quando recebeu no Banco Rural os 50 mil, na cópia da sua identidade parlamentar, e não na outra, para a qual está pedindo até um exame grafotécnico.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Permita-me, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Vejam, Deputado Chico e Deputado Fantazzini, essa assinatura na minha carteira parlamentar eu me lembro perfeitamente que assinei. Agora, as outras, inclusive essa que consta desse relatório da SMP&B, eu pedi para fazer a perícia porque não me lembro de ter assinado isso. Pois é. E o fato que me chamou a atenção é porque não é o original, está numa xérox.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Deputado Josias — desculpem-me interromper —, eu só estou querendo entender, porque eu li aqui, na solicitação de provas que V.Exa. faz, e agora eu estou entendendo: V.Exa. não está questionando a sua assinatura —, porque aqui dá a entender isso: *“Sejam encaminhados ao Instituto Nacional de Criminalística ou a outro órgão oficial os 2 recibos de 50 mil cada um, onde supostamente constam as assinaturas do*



*representado, para que os peritos procedam análises pertinentes e informem se as assinaturas examinadas correspondem ao punho do defendente”.*

Ou seja, isso me levou a crer que V.Exa. estava questionando se a assinatura seria sua. Mas o que eu estou entendendo agora é que V.Exa. está questionando se não há uma montagem do documento — não a assinatura. É isso?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Isso é o que eu quero esclarecer, Deputado Fantazzini, porque, meu amigo, eu confesso a você, eu estava convicto de que tinha ido receber um dinheiro do PT, está certo? Se tivessem me dado esse negócio, eu ia olhar, claro que eu ia.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Era só para esclarecer, porque no item “c” de seu requerimento eu fiquei na dúvida, no primeiro momento entendendo que V.Exa. não reconhecia como sendo sua a assinatura. Mas agora eu estou entendendo que V.Exa. não está negando a assinatura, mas que coloca em dúvida o documento, que pode ter sido feita uma montagem. É isso? Por isso que pede uma perícia?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Outra questão, Deputado Josias. V.Exa. tem escritórios políticos: além de Itabuna, quais as demais cidades?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Salvador.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Só Salvador e Itabuna?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - V.Exa., quando chegou ao Banco Rural, disse que procurou por determinada pessoa da qual não se recorda o nome e se identificou como Deputado Josias. Encaminharam-no a uma sala ao lado e ali, então, lhe trouxeram os recursos. V.Exa. se recorda com qual pessoa conversou, quem é que trouxe, se lhe foi apresentado algum documento, que documento lhe apresentaram?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, no banco eu cheguei e me identifiquei, e a pessoa que eu ia com o nome dele para tratar não estava. O outro mandou que eu fosse para essa sala, e que ia me fazer o repasse do recurso. E assim foi feito, conforme eu disse: pediu-me o documento para fazer uma xérox e eu assinar. E fiz isso. E esse foi o processo.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Quer dizer, o senhor se recorda de ter assinado a xérox da sua carteira?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A xérox da minha carteira, é.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - É disso que o senhor se recorda?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não lhe foi nem apresentado nem um tipo de ordem de pagamento. Porque, numa transação regular, legal — estou falando de transação regular e legal; não estou falando de informalidades e transações laterais, como disse aqui o Chico Alencar —, se o partido de V.Exa. emitiu uma ordem de pagamento, óbvio, o esperado de qualquer banco, ou eu vou com o cheque para fazer o saque, ou há uma ordem bancária que eu assino dizendo que recebi. Dou um recibo daquela ordem bancária, que é uma operação regular. O senhor não estranhou, em hipótese nenhuma, não questionou se não tinha que firmar nenhum recibo? Porque a xérox da carteira parlamentar com assinatura não quer dizer nada, dentro da regularidade, da legalidade.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Deputado, permite-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu quero me valer do documento da defesa mais uma vez. Diz S.Exa.: *“...apresentou a própria identidade Parlamentar para ser copiada e anexada ao termo de recibo do numerário...”*. Anexada a cópia, como está nas mãos do Relator. É o que está escrito na defesa. É o que está provado em mãos do Relator.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Então, para complementar, o senhor, quando assinou, quer dizer, pelo que está consignado na defesa, que o Deputado Jairo acabou de ler, V.Exa. leu, pelo menos, o recibo?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, veja, eu estou repetindo: o que eu lembro de ter assinado mesmo foi esse papel, essa xérox da minha identidade parlamentar. Quanto à existência desse documento, eu só tomei conhecimento dele quando começou todo esse processo e vi minha assinatura. Pedi, no depoimento à Polícia Federal, que fizesse o exame, porque se tratava de uma cópia, e a minha





assinatura nesse documento não está bem focada, não é uma coisa como se fosse para eu assinar mesmo.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Aí eu já entendi, Deputado. Eu quero saber do senhor se não lhe foi apresentado esse recibo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Porque, na sua defesa, o senhor disse que lhe foi solicitada a cópia da identidade parlamentar para anexar ao recibo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não, não foi apresentada.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não foi apresentada?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Quer dizer, o senhor se recorda que...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Porque, se você observar o documento, ele é um documento do banco da agência de Minas para a agência daqui. O curioso é que, no documento, cita inclusive o número da minha identidade parlamentar. Ora, se eu chego lá no banco, e antes não tive nenhum contato com eles, como é que tinha lá o meu nome, o número da minha carteira? Então, são coisas assim que eu quero ver esclarecidas, para poder a gente...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Eu estou querendo frisar essa questão, porque, embora na defesa o senhor faça uma afirmação de que lhe foi solicitada a cópia para anexar no recibo, eu quero deixar patente, quer dizer, o senhor não viu nenhum recibo, não lhe foi apresentado e o que o senhor se recorda de ter assinado foi a xérox da sua carteira parlamentar.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Agora, não lhe causou nenhum tipo de estranheza?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Hoje, a distância, olhando a distância, sim. Agora, Deputado...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas o senhor é um homem experiente, Deputado.



**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Eu sei, mas o senhor foi do nosso partido e sabe da relação de confiança que nós temos.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sim. E no banco?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Exato. O Tesoureiro Nacional do meu partido me diz: *“Olha, vá ao banco e pegue aquele recurso”*. Eu jamais imaginaria que, por trás daquilo, tivesse toda essa celeuma.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Alguma outra vez na sua vida, quando o senhor foi fazer algum saque, mesmo uma transferência para um parente, para a esposa, foi-lhe dada toda essa facilidade?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Nunca? E, mesmo assim, o senhor não estranhou, nem voltou lá para dizer: *“Delúbio, olha, eu fui ao banco, aconteceu um fato inusitado: eu fui lá, apresentei minha carteira parlamentar, me deram lá 50 mil reais, tiraram uma xérox, assinei a xérox da minha própria carteira e fui embora”*. Nem isso o senhor questionou?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Deputado, eu não fiz esse questionamento, exato, porque recebi o telefonema do Delúbio para ir ao banco.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, depois?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Então, mas, se o Tesoureiro Delúbio me manda ao banco, eu supus que isso tudo fosse uma situação completamente regular, porque era um banco. Eu não fui a uma instituição qualquer, eu fui a um banco.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, mas justamente por ser o banco. Essa é a minha pergunta. Porque não era o botequim, não era a banca de jornal, é um banco que tem um conjunto de regras. V.Exa., como Deputado, sabe que existe todo um conjunto de regras. Eu só quero saber: o senhor nem questionou o Delúbio sobre esse fato inusitado?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - A minha suposição era de que havia uma situação extremamente legal e que o Delúbio me mandou porque aquilo era um recurso legal e do partido.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Quer dizer, tão legal que o senhor foi num banco, onde tem de cumprir normas, dentro da lei, não cumpriu nenhuma, e o senhor, ainda assim, achou que era legal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Mas Deputado, eu não tinha conhecimento, eu não tenho razão para saber qual era o procedimento. Se me mandou ao banco, supus que as coisas estivessem todas regularizadas.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, desculpa, Deputado. Como Deputado o senhor conhece a lei. O senhor sabe que ninguém pode fazer entrega de nenhum recurso num banco, se não for através de cheque, se não for através de uma ordem de pagamento, caso contrário não é regular. Desculpe, mas como Deputado essa afirmação de V.Exa. não cabe, porque dizer que o senhor não sabia que existem leis que regem, desculpe, aí é...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Olha, Deputado, eu posso lhe dizer o seguinte: eu respeito integralmente o que V.Exa. está argüindo, mas eu quero dizer que a minha confiança era total e por isso eu não tive essa perspicácia. Digo-lhe com toda a segurança: jamais faria um procedimento dessa natureza hoje, mas não tinha... Porque não é próprio ficar imaginando que fosse possível isso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Antes de encerrarmos esse primeiro item da Ordem do Dia, eu gostaria de dar a palavra ao Relator e posteriormente ao Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Deputado Josias, ficou-nos uma dúvida ainda que deixei para ser esclarecida no final: o total recebido foi de 100 ou de 150 mil reais.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Cem mil reais.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Cem mil reais. Ou seja, o senhor, no banco, só assinou um recibo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Um recibo.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Não há 2 recibos.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Esse outro recibo, Deputado, que existe aí, eu creio deve ser essa... hoje suponho que seja essa transação entre



Delúbio e o pessoal das empresas do Marcos Valério. Só pode ser isso. Mais do que isso não há.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Está bem, perfeito. É suficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o advogado do Deputado Josias Gomes.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Nobre Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria apenas de reforçar 2 aspectos. Um em relação ao que o Deputado Jairo Carneiro colocou, uma anotação que ele fez muito pertinente, que diz respeito à existência de documentos. Contra documentos você não tem como argumentar o contrário. Gostaria apenas de... Pois não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Desculpe, salvo uma perícia.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Perfeito, é a ressalva que eu gostaria de fazer. E só gostaria de reforçar que os documentos que constam dos autos são cópias, são fotocópias. É necessário ou a comprovação por meio do documento original em que está apontada a assinatura do Deputado Josias ou o exame grafotécnico para verificar se houve ou não essa eventual montagem, porque o Representado não se recorda. Ele se recorda de ter assinado uma única vez na carteira parlamentar. Naquela está... Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Olha, peço-lhe desculpas, V.Exa. é o advogado, V.Exa. assinou a defesa. Está dito aqui, e eu não vou repetir a leitura, que está anexada cópia da identidade Parlamentar ao recibo.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Esse era o segundo aspecto que eu gostaria de esclarecer, até porque a responsabilidade é minha. O Parlamentar me traz os fatos e eu os narro. Às vezes, na redação da peça, às vezes a redação não fica exatamente a contento. O fato é que eu pressuponho, pela descrição dos fatos que ocorreram, Deputado Jairo Carneiro — gostaria de deixar muito claro isso, pela descrição dos fatos que ocorreram —, houve um procedimento interno na agência. Esse procedimento interno dava conta de documentos que foram manuseados, inclusive uma ordem vinda de Minas Gerais para Brasília. Essa ordem não foi apresentada ao Deputado e em momento algum está dito isso. Agora, ele assinou única e exclusivamente, do que ele se recorda, a carteira parlamentar dele, que foi



necessariamente anexada a um procedimento interno. Isso é uma pressuposição que é do senso comum. O próprio Deputado Fantazzini faz a colocação de que pessoas com o mínimo de instrução e de conhecimento de como se funciona o expediente bancário, até porque eu fui bancário... Então, nós pressupomos uma séria de coisas que, eventualmente, outras pessoas que não tenham essa vivência não pressupõem. Eu quero só esclarecer que existiu o procedimento interno, mas que o que o Representado se recorda é de ter assinado uma única vez. Se, eventualmente — vejam —, se eventualmente ficar comprovado em perícia que ele assinou mais de uma vez, isso vai significar que o Representado não se recordou, ou que não passou à integralidade. Porém, essa questão está expressamente pugnada na defesa. E esperamos, para que seja observado o devido processo, que o exame grafotécnico venha a esclarecer os fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sr. Presidente, antes de dar a palavra ao Sr. Relator, eu queria fazer um questionamento. E aí o Sr. Relator já...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Eu gostaria de saber do nobre Relator se já foi encaminhado o documento para a perícia, conforme solicitado. *(Pausa.)* A pergunta é se o documento já foi encaminhado à perícia, conforme solicitado pela defesa.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Eu não sei informar. De nossa parte, não.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Tem um requerimento...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Pelo que nós entendemos, houve um recurso diretamente...

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - De qualquer forma...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - De nossa parte, não tomamos nenhuma providência...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Lembra-se do requerimento para fazer a perícia?



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Então, se não foi, Sr. Presidente, eu entendo, obviamente, que deveria ser feito o quanto antes, porque é um dos requerimentos da defesa.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Nós vamos tomar as devidas providências. E eu peço ao Relator que acompanhe, então, esse processo junto à Secretaria do Conselho.

Deputado Josias Gomes, por favor, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Meus nobres colegas, Presidente, Relator, eu tenho a dizer aos senhores que essa etapa da minha vida política, espero vencê-la com muita... com a certeza de que os fatos apontarão para o que eu falei aqui ser a pura realidade. Não tinha nenhuma relação com essa história do mensalão. Se fui ao banco, na verdade, fui porque acreditava, como tenho dito, ser um recurso lícito. Sou um homem que tenho 25 anos de vida pública e de formado. Os únicos bens que tenho é uma casa na cidade de Itabuna, adquirida no ano de 2000, perdão, 1991, um carro que serve ao meu mandato aqui, um outro lá na Bahia. E durante todos esses anos do meu mandato, de 2003 até agora, o único bem que adquiri, que ainda estou pagando, é esse carro que está me servindo aqui no mandato. E acrescento, para ficar muito claro, que tenho 2 empréstimos bancários em curso, eu pagando esses empréstimos, para fazer frente às minhas despesas. O mais é agradecer a todos vocês a paciência, e vamos em frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço ao Deputado Josias Gomes e ao seu advogado.

Uma última observação do Relator, mas última mesmo.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Última mesmo. O Sr. Deputado Josias recebeu hoje uma notificação para, no prazo de 5 sessões, complementar a sua defesa, se lhe aprover. Eu gostaria de ressaltar que, pelos dados que nós temos aqui, há 2 recibos: um do dia 18, que é complementado por um documento interno, com comprovação bancária de uma agência para outra, de 50 mil. Uma, no dia 18, data que não há nenhuma contestação quanto à sua presença. E a do dia 11, que é aquela em que está ainda mais nítida, no papel, a assinatura, também de 50 mil. Fica, portanto, em função desta audiência de hoje, a



dúvida quanto ao total recebido, se 100 ou 150 mil. Nessa defesa que fará complementarmente, se lhe aprovar, eu gostaria de reforçar a conveniência e oportunidade da sua defesa, do seu advogado, reforçar esse ponto.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES** - Pois não, farei isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, eu quero mais uma vez agradecer ao Deputado Josias Gomes e ao seu advogado.

Não vamos suspender a sessão. Vamos imediatamente para o item 2: tomada do depoimento da Sra. Silvana Japiassú, testemunha arrolada pelo Relator do Processo nº 09/2005, o Deputado Cezar Schirmer, cujo Representado é o Deputado João Paulo Cunha.

Então, eu convido a Sra. Silvana Japiassú e convido também o nobre advogado Dr. Alberto Toron.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, enquanto a nossa convidada e os demais participantes da segunda fase da sessão tomam assento, devo dizer que tive a informação da Secretária do nosso Conselho, a diligente Sra. Terezinha, que mais uma vez o ex-Deputado Carlos Rodrigues não atenderá ao nosso convite. E agora ele já pediu um prazo para não exercer esse direito e essa colaboração cidadã longa: está indo para o exterior. Isso mostra nossas dificuldades, porque o Deputado Wanderval, Representado aqui, calcou toda a sua defesa atribuindo ao ex-Deputado Carlos Rodrigues os possíveis malfeitos a ele, Deputado Wanderval — atribuídos. E o ex-Deputado Carlos Rodrigues não colabora com este Conselho. E agora eu, esperando a confirmação por escrito dessa nova ausência, pretendo abrir mão do depoimento dele, porque ele não renunciou só ao mandato, não; pelo visto, renunciou à cidadania.

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA** - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA** - Eu gostaria de dar uma informação a V.Exa. Já tive oportunidade de fazer ao meu Relator, pessoalmente, mas gostaria de deixar registrado a V.Exa. e aos Deputados do Conselho, inclusive atendendo a alguns pedidos. É que durante o meu depoimento algumas dúvidas surgiram e eu, hoje e no decorrer dos últimos dias, acabei complementando a



documentação junto ao Relator e junto a V.Exa. Queria informar aos Srs. Deputados que esses documentos estão à disposição. Eu anexei um documento da empresa Idéia, Fatos e Textos, que é um relatório circunstanciado dos meses do ano de 2004 em que o Sr. Luís Costa Pinto exerceu, por subcontratação, a consultoria na área de comunicação, que está à disposição; o documento da Diretoria-Geral desta Casa que responde todas as dúvidas do Deputado Jairo Carneiro e de outros Deputados quanto ao procedimento licitatório e à execução orçamentária do contrato da Câmara com a SMP&B, à disposição de V.Exa.; uma carta do meu assessor, Prof. Luiz Carlos Gomes, esclarecendo aquele episódio das 3 identidades, que não guarda nenhuma relação com a pessoa do meu assessor; e também fotocópia de *O Estado de S.Paulo* do último sábado e mais do jornal *Vale Paraibano*, em que traz a identificação do instituto que executou as pesquisas e mais a posição dos proprietários daquele instituto. Com isso, Sr. Presidente, creio estar cumprindo com a minha obrigação, determinada pelos Srs. Deputados do Conselho e com a população brasileira. E aguardo do Sr. Relator, de V.Exa., Presidente, ou de qualquer outro Deputado, qualquer outra solicitação, porque estarei à disposição para fornecer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Esta Presidência agradece a V.Exa. Até gostaria que os outros Deputados fizessem exatamente a mesma coisa, tivessem o seu comportamento, porque alguns estão devendo algumas coisas para este Conselho, inclusive alguns documentos. Eu quero agradecer.

Inicialmente, ouviremos a palavra do nobre Deputado Cezar Schirmer, que é o Relator do Processo nº 09, de 2005, cujo Representado é o Deputado João Paulo Cunha.

Antes, porém, Deputado, eu gostaria, para ganharmos tempo também, de ler o termo de compromisso.

*“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 09, de 2005, Representação nº*





44, de 2005, instaurado contra o Deputado João Paulo Cunha.

*Silvana Paz Japiassú*”.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Cezar Schirmer.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Presidente Ricardo Izar, Dr. Toron, eminente advogado do Representado, Sra. Silvana, Srs. Conselheiros, Deputado João Paulo, eu gostaria, de imediato, e com o propósito de ser o mais breve possível neste depoimento, de dirigir imediatamente as perguntas à Sra. Silvana. A primeira é: desde quando a senhora trabalha com o Deputado João Paulo Cunha?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Desde 1999.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora trabalhou no gabinete do Deputado João Paulo quando ele esteve na Presidência ou na Presidência da Casa?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - No gabinete do Presidente da Câmara.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E quais eram as suas atividades? Quais as funções que a senhora desempenhava no gabinete da Presidência?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Secretária e coordenadora da agenda do Presidente.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora era secretária pessoal, secretária das atividades parlamentares ou tinha também uma inserção na atividade política do Representado?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Nenhuma inserção na atividade política.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora só cuidava da agenda.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Da agenda... *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Posso prosseguir, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, Relator.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora se recorda ou sabe dizer como era a relação do Deputado João Paulo Cunha com o Sr. Marcos Valério?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Olha, a relação teve início com a campanha para a Presidência. Digo ao senhor que ali era uma relação mais intensa. Depois que o Deputado João Paulo Cunha assumiu a Presidência da Câmara, essa relação foi se rareando, até praticamente não existir mais.



**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora lembra de alguma vez o Sr. Marcos Valério ter ido ao gabinete do Presidente?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Algumas vezes.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Algumas vezes.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso. Algumas vezes, não agendadas. Algumas vezes.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Foi a senhora quem agendou o café da manhã na casa do Presidente João Paulo Cunha com o Sr. Marcos Valério?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora lembra quem acompanhava o Sr. Marcos Valério?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu não estava presente no café da manhã.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Mas quando ele agendou ele não disse "*vai junto comigo Fulano, Beltrano*"?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor. Não. Ele solicitou a agenda, eu perguntei para o Presidente Deputado João Paulo Cunha se O.K., e a agenda foi marcada.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Ele tentou falar com o Deputado João Paulo Cunha no dia anterior?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - No dia 2 ou no dia 3?

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - No dia anterior ao café da manhã. Não me lembro se foi terça...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - O café da manhã foi numa terça, dia 4.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Segunda ele...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, terça dia 3.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - É, terça.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não me lembro, não me lembro.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Nem no dia anterior ao anterior, na sexta-feira anterior? Não lembra disso?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, não me lembro, sinceramente.



**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora conheceu o Sr. Marcos Valério quando? Enfim, como?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Por telefone, durante a campanha para a Presidência. Depois disso, vim a conhecê-lo no gabinete do Presidente. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Qual era a relação que a senhora tinha com o Marcos Valério? Era próxima? Tinha intimidade? Enfim, ou só o conhecia das idas dele ao gabinete?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Uma relação normal, pelas idas ao gabinete.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Consta que a senhora teria recebido uma passagem aérea...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Recebi.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - ... dada pelo Sr. Marcos Valério. Isso é verdadeiro?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim. Recebi sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Agora, a que título isso lhe foi dado, se a senhora não tinha intimidade, não tinha proximidade? A senhora pediu para ele? Ele lhe ofereceu?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Alguém determinou que ele lhe desse a passagem? Como foi isso?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor, não pedi. Eu jamais faria isso. Era meu aniversário, e ele me presenteou, como diversos Parlamentares e outras pessoas costumam presentear secretárias em seus aniversários, no Dia da Secretária, Natal...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Ele deu a passagem para a senhora e para a sua filha.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso. O aniversário era das 2, tá?

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - No mesmo dia?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não; 18 e 21.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E a hospedagem no Rio de Janeiro? Foi para o Rio de Janeiro, não foi?



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora pagou ou ele pagou?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Ele pagou.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A hospedagem?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora lembra quantos dias a senhora ficou no Rio de Janeiro?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Salvo engano, 3 dias.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora devolveu o valor da passagem, não é?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Devolvi.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora lembra quanto? Não é relevante.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - O valor exato...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora devolveu o valor da passagem...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - E o valor da hospedagem.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - ... E o da hospedagem. E a senhora devolveu quando? A senhora lembra quando a senhora viajou?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Devolvi recentemente.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora lembra quando viajou?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Abril.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - De dois mil e...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Três.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Três. E devolveu agora?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Devolvi agora.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora devolveu por quê? Por que alguém lhe determinou? A senhora se convenceu de que tinha de devolver?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Como o próprio Deputado João Paulo Cunha disse no depoimento dele, ele me instruiu que assim o fizesse, e eu fiz.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - O Deputado João Paulo ficou sabendo da sua viagem ao Rio de Janeiro?



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Na época? Na época em que a senhora viajou?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Acredito que sim. Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E sabia quem tinha lhe dado a passagem também?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não lembro de ter dito isso a ele.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E também ele não lhe perguntou? Não houve nenhum questionamento, na época, sobre a viagem?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, não houve nenhum questionamento.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora doou essa passagem, o valor da passagem e o da hospedagem ao Fome Zero também.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora recebia outros presentes do Sr. Marcos Valério?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Do Sr. Marcos Valério, não. Como eu afirmei agora há pouco, é costume secretárias receberem, em seus aniversários... E no cargo que eu ocupava, não é, principalmente ali...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, tudo bem.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - ... eu recebia presente no dia do aniversário, no Dia da Secretária...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Eu também tenho secretária, e eu dou presente para ela no Dia da Secretária.

Mas eu pergunto: outros empresários também lhe davam presentes quando a senhora estava...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Então a senhora só recebeu do Marcos Valério.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - De empresário.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso.



**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora tem conhecimento de que a Sra. Márcia Regina foi ao Banco Rural sacar 50 mil reais.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - O conhecimento do saque eu vim saber agora, após a crise, após a divulgação pela imprensa.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Quer dizer que na época a senhora não tomou conhecimento dessa informação?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora sabe informar se a Sra. Márcia morava aqui em Brasília no tempo em que o Deputado João Paulo foi Presidente da Casa?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, ela veio para Brasília.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora tem informação ou pode nos responder, mesmo que não seja uma informação precisa, apenas aproximada, quantas pessoas o Deputado João Paulo tinha na sua assessoria direta, somando o gabinete e a assessoria da Presidência?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Nossa! Eram inúmeras pessoas.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Eram 10, 20, 30? Não tem idéia do número?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sinceramente, não tenho idéia de número, não. Eu ficava ali muito na frente; ficava muito tempo ali na frente.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora já esteve na agência do Banco Rural em Brasília?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora se recorda quantas vezes?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Duas vezes.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Se a senhora não tomar como invasão da sua privacidade, lembra o assunto que a senhora foi tratar?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim. Inclusive o Deputado João Paulo Cunha no dia, questionado sobre isso, ele mostrou. Na primeira vez, salvo engano, no dia 2 de abril, eu fui fazer o pagamento da TVA. Uma vez que era atrasado, você vai ao banco cedente e efetua o pagamento. Da segunda vez foi, salvo engano,



também no dia 16. Me deram a conta fechada; eu fui ao banco; abri no caixa; entreguei para o rapaz a conta. E ele virou e falou assim: “*O Banco Rural não é mais o banco cedente da TVA*”. Eu fui embora.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Quer dizer, a senhora foi, no dia 2, e pagou atrasado a fatura anterior, do mês de março, provavelmente.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E, no dia 16, a senhora voltou lá, e o banco lhe...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Já seria uma conta atrasada também, porque o vencimento da conta era sempre dia 13.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Isso. E aí a senhora foi lá, e o Banco disse: “*Não é mais conosco*”.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - O rapaz do caixa me informou; olhou e falou.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora não foi ao Banco Rural no dia 9 de setembro de 2003?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Essa letra aqui não é sua, desculpa?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É minha, sim, senhor. Isso aqui faz parte de um telefonema. Anotações referentes a um telefonema.

**O SR. ALBERTO TORON** - Posso ver o documento?

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Esse documento — só para esclarecimento do Conselho — é a fatura de pagamento do Banco Rural da empresa prestadora de serviços, a TVA. Essa fatura corresponde ao dia...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Dia 13 de setembro de 2003. É isso?

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Dia 13 de setembro de 2003. A senhora telefonou ao banco nesse dia?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Telefonei.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Desculpe lhe perguntar, mas a senhora telefonou para perguntar sobre o quê? Porque tem os valores aqui do lado. A senhora queria informação sobre valores, provavelmente. Será isso, ou não?



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso. É porque já havia... A dona Márcia já havia tentado resolver o problema junto ao Banco Rural, não conseguiu; aí o Deputado João Paulo Cunha me passou a incumbência de tentar resolver. E assim o fiz.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E a senhora tentou pelo telefone, no dia 9 de setembro, resolver esse assunto e não conseguiu?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Tanto que voltou no 16?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Ah, não, 16 é outro. Desculpe. Mas como é que a senhora resolveu esse assunto?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu resolvi através do telefone, fui orientada como proceder ao pagamento.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora telefonou para saber como pagaria essa ...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Essa fatura.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Essa fatura que vence... A senhora ligou no dia 9 e a fatura venceria no dia 13/09?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Pois é. Mas ela tinha vindo, salvo engano, com valor a maior.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, pelo menos é o que está aqui. A senhora não lembra se foi essa mesma fatura que a Sra. Márcia tentou resolver tendo ido ao banco no dia 4?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Foi justamente essa fatura, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Foi essa mesmo?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Foi justamente essa fatura, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora é correntista ou tem algum outro tipo de relação contratual, pessoal, com o Banco Rural?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora, alguma vez, recebeu algum recurso em seu nome ou no de terceiro no Banco Rural?





**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - No Banco Rural? Nunca.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora alguma vez foi lá no banco ou recebeu do banco algum dinheiro a qualquer título?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Nenhuma vez, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Na revista *Veja* — esse é um documento que está nos autos...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - *ISTOÉ*.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - *ISTOÉ* — desculpa — tem a famosa lista do Sr. Marcos Valério. E aqui consta o nome de Silvana. Quer dizer, Deputado João Paulo Cunha, 04/09/2003, 200 mil reais — esse valor foi retificado — , e depois Márcia Regina, e embaixo Silvana. Não é necessariamente a senhora. Está só o primeiro nome. Mas a senhora tem alguma sugestão do porquê esse nome estar aqui?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Talvez porque eu fosse o contato do Deputado João Paulo Cunha. Mas procurei, inclusive, esclarecimento sobre isso, por que meu nome estaria nessa lista.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora procurou esclarecimento como, dona Silvana?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Através da agência.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora ligou para o Marcos Valério?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Liguei, não para o Marcos Valério. Eu liguei para a agência, procurando um esclarecimento, porque me assustou...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Agência de propaganda?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Á época dessa...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Dessa publicação?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Quando a Dra. Simone deu um depoimento, mostrou uma lista, que é essa mesma aí, apesar de a revista *ISTOÉ* classificar como uma reportagem atual, como uma lista nova. É a mesma apresentada à época. E, à época, eu me senti no direito de tentar descobrir por que meu nome estava ali, sem ter nenhum envolvimento nisso.



**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, mas a senhora ligou para a agência de publicidade?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Falou com quem? Desculpe lhe perguntar.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Olha, não me lembro o nome.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E o que lhe foi dito?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Que sairia uma nota de esclarecimento acerca do assunto.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Acerca do seu nome? Ou acerca...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Acerca do assunto do saque.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E sobre o seu nome, não?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, mas não lhe explicaram por que o seu nome constava dessa lista? Eu sei que não é necessariamente o seu nome, aqui só tem Silvana. Mas, afinal, a senhora era secretária do Deputado João Paulo.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Não tem nem idéia?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Avisaram que havia sido um engano, e pronto.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Alberto Toron, quer fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

Deputado Chico Alencar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sra. Silvana, boa-tarde.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Boa-tarde, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Apenas 3 esclarecimentos a partir das suas respostas muito concisas e objetivas.



Quando a senhora menciona que os encontros do empresário Marcos Valério com o então Presidente da Casa, nessa condição de Presidente, eram não agendados, isso significa o quê?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Talvez eu não tenha me expressado. Como diversos Deputados, como diversas personalidades chegavam ao gabinete sem terem agenda marcada, às vezes acontecia de o Sr. Marcos Valério chegar ao gabinete do Presidente, sentar e ir embora. Não tinha como ele falar com o Deputado. Não existia isso. Isso é o que eu quis dizer. Algumas vezes ele foi lá.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, sim, mas aí não... Só para eu entender.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não chegando a conversar, ter nenhuma audiência com o Deputado João Paulo Cunha. O que eu falei foi isso: que ele esteve algumas vezes na Presidência.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, sim. Mas não necessariamente foi recebido, abrindo-se a agenda, excepcionalmente?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - É até o contrário, na verdade.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - O senhor sabe, o senhor é prova de que era muito difícil a agenda do Deputado João Paulo Cunha.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Claro. Eu tinha entendido exatamente o contrário. Que ele teria...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Desculpe, desculpe.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não, não. Foi bom até elucidar bem. Não sei se o Relator tinha também entendido assim. Ele foi à Presidência várias vezes, inclusive para encontros não agendados, ou seja, não foi recebido.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É, até porque...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - A leitura poderia ser o contrário. Ele tinha tanto poder que abria a agenda.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Desculpe.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - A senhora falou, com toda razão, que é comum na sua função, da mais dedicada e competente, como eu sei que é,...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Obrigada, Deputado.



**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - ... receber presentes no Dia da Secretária. Fiz um teste aqui com os colegas, nenhum garantiu qual é o Dia da Secretária. *(Risos.)* É 30 de setembro, 30 de outubro?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Pois é, a secretária, diz o Professor Luizinho, tem de avisar: *“Olha, hoje é o Dia da Secretária”*. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Mas não era o dia da...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Pois é. Que dia é?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Dia 30 de setembro. Que não se esqueçam mais.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - É comum, sim. Os mais relapsos, às vezes, se esquecem. Eu já faço essa autocrítica aqui. Mas, de qualquer maneira, esse mimo aí — parabênzo o bom gosto por ter sido no Rio de Janeiro —, ele não foi de um Deputado. É comum também de pessoas, e na medida em que eu não sei se nessa ocasião o Sr. Marcos Valério já tinha contratos aqui na Casa, empresários interessados, legitimamente, em contratar alguns serviços aqui na Casa, fazerem esse tipo de presente, darem esse tipo de presente?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Deputado, primeiro, eu nunca tive conhecimento de nenhum contrato da Casa. Não fazia parte do meu trabalho. Às vezes eu não conseguia acompanhar o que acontecia no plenário. Ali, vou chamar de batidão, porque era batidão mesmo, era grande. Recebi algumas vezes, inclusive de Parlamentares, em datas que não essas de Dia da Secretária ou aniversário ou Natal, alguma lembrança por conta de uma viagem, uma caixa de bombom, alguma coisa assim. Mas de alguém querendo, de alguma forma, me presentear para conseguir alguma coisa, isso nunca. Até porque não havia como abrir brecha na agenda do Deputado João Paulo Cunha. Às vezes acontecia de ele — como era objetivo dele atender todos que a ele procuravam —, então às vezes acontecia — a residência oficial era uma extensão do gabinete da Presidência —, então, às vezes acontecia de ele marcar almoço, jantar, café da manhã, *happy hour*, na medida do possível, para satisfazer a todos.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sim, é verdade. Mas, de qualquer forma, esse tipo de presente, que é mais do que uma caixa de bombom, ele é



inusitado, não era corriqueiro, dentro dos eventuais presentes que a senhora recebia, por quem dava e pela dimensão, pelo valor, digamos, material.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Deputado Chico Alencar, para mim, o Sr. Marcos Valério não se apresentava como a pessoa que agora se apresenta na imprensa. Para mim não era isso. Eu fiquei surpresa. Sou uma mãe solteira, assim, fiquei surpresa de poder ganhar um presente daquele e poder presentear a minha filha com a oportunidade. Eu amo o Rio de Janeiro, e o senhor sabe disso, que eu já lhe falei isso muitas vezes.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Hum, hum.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Então, assim, sinceramente não vi nada de estranho. Fiquei feliz, confesso.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sim, mas, só para encerrar. De qualquer forma é singular, não é comum esse tipo de presente, especialmente vindo de uma pessoa que não é nem Parlamentar, não tem o convívio cotidiano com a senhora.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Não. Vamos dizer que não. Mas, assim, foi muito comum eu me negar a receber esse tipo de oferta de Parlamentares, porque eu acreditei o contrário até — entendeu? —, que talvez não fosse pertinente eu estar recebendo um presente de um Parlamentar com esse tipo de característica.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Hum, hum.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Mas, algumas vezes me foi oferecido, e todas elas negada.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Tá. E por fim, a senhora falou que, quando saiu essa relação aí, com o nome Silvana, que se pode depreender que fosse o da senhora, que a senhora procurou a agência e a senhora mencionou, eles fizeram uma nota, como, assim, geral, sem mencionar o seu nome. E qual é a resposta da agência em relação a Silvana nessa relação que, não sei se a Sra. Silvana ou o próprio Marcos Valério, revelaram?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Simone.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Simone. Perdão.



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Foi a Simone. Foi a Simone que revelou. Houve uma correção depois através de depoimento do Sr. Marcos Valério.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Correção em que sentido?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Uma correção no próprio depoimento dele no Ministério Público e teve notas de esclarecimento também. E a mim eles me disseram que ficasse tranqüila porque meu nome estava lá porque eu trabalho com João Paulo, mas não tinha nenhum envolvimento.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O seu nome apareceu naquela indigitada agenda que a Sra. Karina trouxe aqui, e revelou para o mundo? Parece — não é? — por causa do contato.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É. Todas as pessoas, a grande maioria das pessoas que procuravam... O Deputado Ricardo Izar, inclusive, quando quis promover algum sírio libanês, alguma coisa assim, às vezes, não ele, não na pessoa dela, mas o assessor dele me procurava para que eu tentasse resolver, para que eu tentasse pautar uma agenda.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, sim, mas eu estou perguntando o contrário.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Então, o meu nome...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Na agenda do Sr. Valério consta contatos com a senhora para...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Na agenda da Sra. Fernanda Karina consta meu nome como contato para o Deputado João Paulo Cunha, o que é normal.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sim, perfeito. Não, mas eu não entendi. Tem o nome do Deputado Ricardo Izar também?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Ela estava explicando.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Na sua agenda, não é? Você estava fazendo uma comparação, porque é normal mesmo. É evidente. *(Risos.)* Está entendido.

Era só isso.

Obrigado.



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu que agradeço, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Jairo Carneiro, último inscrito.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor advogado, dona Silvana, como a senhora conheceu o Deputado João Paulo? Como é que iniciou a trabalhar com ele?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu conheci o Deputado João Paulo Cunha em 1994, depois da campanha dele à eleição para Deputado Federal no... Quando os Deputados são eleitos, eles vêm a Brasília para procurar gabinetes, para procurar funcionários, não é?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Certo.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - E ele foi a um gabinete parlamentar em que eu trabalhava à época com esse objetivo, para saber como era o funcionamento. Ali eu conheci o Deputado João Paulo Cunha.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim, muito bem. Conheceu ali, casualmente?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, casualmente.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas a partir daí desenvolveu um diálogo sobre alguma coisa com ele? Como é que a senhora ingressou no gabinete dele?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - O Deputado João Paulo Cunha... A gente... A primeira vez que aconteceu de ele me convidar para trabalhar com ele, existia uma outra pessoa que estava desempregada e que, na época, concorria comigo a essa vaga no gabinete dele. Como eu estava empregada, eu achei justo que essa vaga fosse para essa outra pessoa. E foi assim que foi feito. Depois, mais adiante, ele me convidou novamente para trabalhar no gabinete dele, eu aceitei e tenho a maior honra de trabalhar com ele.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sei.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Tenho a maior honra de trabalhar com ele, de defender as idéias dele, de... Nossa! O Deputado João Paulo Cunha é uma pessoa honesta.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Foi afinidade à primeira vista?



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim. Como não? Quem não tem uma afinidade à primeira vista com o Deputado João Paulo Cunha? *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** - Eu não. *(Risos.)*

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Profissionalmente, profissionalmente. Vamos deixar bem claro. É um ser humano.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu creio que a senhora seja assim um repositório — repositório — de conhecimento de assuntos sigilosos, confidenciais.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não chegou a esse ponto?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Eu sou um depósito de atendimento profissional, sabe...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - É modéstia da senhora? Fique à vontade. É modéstia da senhora?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor, eu sou... Eu...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Se eu perguntar a ele, eu creio que ele irá confirmar...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu pretendo... Eu pretendo...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - A senhora se considera pessoa de total confiança dele?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Me considero uma pessoa de confiança dele.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Muito bem.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu acho que ele acredita no meu trabalho, acredita que eu tento fazer todo o possível para que o mandato dele e as pessoas...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E na sua convivência, dentro dessa confiança ampla, a senhora presenciou algum fato que pudesse caracterizar tráfico de influência praticado por ele em relação a alguém?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Nunca! Não consigo imaginar o Deputado João Paulo Cunha se fazendo valer do cargo para conseguir alguma coisa além do objetivo político.





**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E a senhora percebeu que alguém quisesse se aproveitar do cargo dele para tirar proveitos em função da posição dele?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu ia fazer uma brincadeira agora, mas... *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Pode fazer.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Em nenhum momento houve alguém que tentasse se insinuar perante ele e a senhora tivesse presente e percebesse a reação dele?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor. Eu quero deixar bem claro uma coisa, Deputado Jairo Carneiro. Eu nunca me fiz presente às reuniões e audiências de que o Deputado João Paulo Cunha participava. Mas, assim, eu acho que se alguma pessoa — eu acredito, acho não —, eu acredito que se alguma pessoa tentasse se fazer valer de alguma forma dessas com o Deputado João Paulo Cunha, talvez ele a colocasse para fora da sala.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E ele nunca lhe relatou, pela confiança, uma irritação que ele teria tido com alguém que tentou uma proposta desonesta, uma proposta indecente?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Obrigado.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Agradeço eu, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Duas perguntas muito breves. A primeira acho que não entendi, e aí vou até pedir ajuda ao Sr. Relator, e a Sra. Silvana pode também ajudar a responder.

A fatura que foi solucionada pelo telefone é uma fatura de quando?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Treze de setembro.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Treze de setembro.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E que a senhora resolveu por telefone em razão de que a esposa do Deputado João Paulo teria ido até o Banco Rural e não tinha conseguido resolver.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - A D. Márcia foi lá ao banco, tentou resolver a questão. Não conseguiu. O Deputado João Paulo Cunha, acreditando que talvez eu tivesse mais facilidade para tentar resolver, passou às mãos os documentos. Foi aí que eu liguei para o banco e fui instruída como efetuar o pagamento, por ter vindo a conta no valor maior. Deixando claro que só poderia ser resolvido no banco cedente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Então, a fatura com vencimento de 13 de setembro. E a ida ao banco, a senhora resolveu isso em que data, a senhora recorda-se ou não?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu liguei no dia 9 de setembro, véspera de um feriado, eu acho.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E a esposa do Deputado João Paulo teria ido 4 de setembro?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Eu estava entendendo que era uma outra fatura, por isso eu estava confuso.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, as faturas talvez que o senhor estivesse entendendo... Está esclarecido.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Posso fazer uma pergunta sobre esse assunto?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Claro, o senhor é o Relator, mas V.Exa. é meu guru, portanto tem preferência.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Eu queria perguntar o seguinte. A esposa do Deputado João Paulo foi ao banco dia 4.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora telefonou no dia 9.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Nesse meio tempo a senhora não telefonou para a prestadora de serviço?



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, porque a conta só chegou às minhas mãos nesse momento, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, mas não lhe foi informado que... *“Olha, no banco lá disseram que não é aqui”*. Ou no banco não resolveu porque numa outra fatura, que certamente não chegou às mãos de V.Sa., diz aqui: *“Ligue para o nosso serviço de atendimento ao cliente ou acesse o nosso site, tenha mais informações e faça sua opção”*.

Esse problema, se vem uma conta de telefone errada na minha casa, eu não ligo para o banco, que está me cobrando, eu ligo para a telefônica.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Posso...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Não sei se a senhora está entendendo.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, eu entendi claramente, Sr. Relator. Acontece o seguinte, você liga para a empresa e a empresa diz ao senhor o seguinte: que somente o banco cedente pode conceder esse abatimento, já que a conta veio a maior.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, desculpe, mas aí não é abatimento.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, é 6 desconto, eles chamam de desconto. Eu não sou bancária, mas procedem à retificação do valor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Queria fazer mais uma pergunta.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Pois não, Sr. Relator.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - A senhora disse que devolveu o dinheiro equivalente à passagem, à hospedagem, agora há pouco. Lembra quando foi?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Precisamente não, mas foi agora neste ano.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, mas foi no segundo semestre, foi depois dos incidentes aqui, das denúncias?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Foi, foi sim.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - A senhora disse que não lembra o valor direito.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não lembro, mas eu tenho comprovante.



**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Isso deve ter sido há uns 2 meses, 3 meses.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não posso lhe dar o valor específico, mas acredito que é algo em torno de 3.874... não sei.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Tudo bem, o valor preciso não importa. Em torno de 3.800,00 reais. A senhora pagou do seu bolso esse valor?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Porque a senhora é uma servidora desta Casa, e em geral não ganha tão bem para desembolsar 3.800 reais.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu não sou servidora da Casa. Eu ocupo cargo de confiança e tenho direitos a fazer empréstimo também quando me aperto.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Desculpe, a senhora fez um empréstimo para pagar isso? (*Risos.*)

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu tenho direito a fazer empréstimos quando me aperto.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Não, eu sei. Eu estou querendo dizer o seguinte: é que 3.900,00 não é pouco dinheiro para se desembolsar de um momento para outro, inesperadamente.

A senhora pagou do seu próprio recurso? Ninguém lhe deu esse dinheiro?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Paguei com os meus próprios recursos.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, sobre esse assunto. Porque a gente aqui, Sra. Silvana, procura fazer um trabalho pensando também em outros processos que têm similaridade. E aí...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Por favor.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não, nós fazemos.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Por favor, por favor, estou à sua disposição.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, sim, estou só explicando para não parecer chato.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Imagina!

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Para entender o *modus operandi* dessa figura que ficou muito destacada, o Sr. Marcos Valério, e que ninguém a rigor



conhecia, ninguém sabia quem era. Ele fez questão de dizer que estava lhe dando esse presente, mandou um recado, avisou, informou? Ele se afirmou como o bom presenteador ou foi algo discreto que a senhora até custou a saber que era ele que estava fazendo esse mimo?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu nem imaginava que ele fosse fazer isso. Eu estava tendo a curiosidade, como era uma época que tinha um feriado e existiam os 2 aniversários, eu estava fazendo uma pesquisa. E ele pode ter...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Aí ele soube que a senhora estava..

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Querendo...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Pensando em como...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Pensando em...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Descansar nesse feriado.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É. Pensei em várias outras hipóteses. E ele foi e de forma absolutamente discreta me presenteou. Eu recebi os *vouchers*, os *vouchers*, as passagens.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas a senhora sabia que era ele? Ele também não se escondeu?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, fui informada de que era ele.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não foi um amigo oculto, digamos?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, não, não foi nenhum amigo oculto.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Deputado Chico, para colaborar com V.Exa.

Ele teria alguém infiltrado lá no gabinete, D. Silvana?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não, Deputado. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Posso retornar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Hein? Desculpe.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Eu estava com a palavra, cassaram a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu achei que V.Exa. já tinha terminado. Então...



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então, continue, por favor.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O Relator pediu um aparte.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sr. Presidente, por favor, eu quero me inscrever. Sr. Presidente Ricardo Izar, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em seguida. V.Exa. será o último inscrito. Era o Deputado Orlando Fantazzini, depois V.Exa. e, posteriormente, o advogado Dr. Alberto Toron.

Com a palavra o Deputado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Minha confusão nessa questão da conta se deveu ao fato... Porque eu havia entendido, posso ter entendido mal. Parece que a senhora foi ao banco no dia 16, e aí o banco disse que não recebia mais as contas.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Dia 9.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não. Por isso que eu estou dizendo.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Telefonou dia 9.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, mas ela disse também que foi no dia 16. Não foi isso?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Só um minutinho, Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - É, então por isso foi minha pergunta.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É, isso foi em 2004. Eu fui ao Banco Rural duas vezes no ano de 2004.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Ah. É outra...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - O episódio a que se refere a ida, a resolução do problema é setembro de 2003

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Dois mil e três. Então...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Há, há.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Por isso fiz o questionamento, porque eu havia entendido que era dia 16, depois disse que era dia 9. Aí eu fiquei na confusão.

A outra e a última questão. Eu nunca lhe dei presente. Pelo contrário. Eu ia lá, aproveitava-me das balinhas que você comprava e colocava no pote, mas acredito que, acredito que... *(Risos.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - A Silvana atendida a todos bem.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Obrigada, Deputado. MUITÍSSIMO obrigada.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas acredito que em se tratando de um presente inusitado, você mesmo disse ao Deputado Chico Alencar, é algo que jamais ocorreu na sua carreira, pelo que eu entendi. Pelo que o Relator disse, jamais nenhuma outra pessoa havia lhe dado. V.Sa. comunicou ao Deputado, até porque ele deve ter tomado um susto até em razão do presente recebido.

Ou não comunicou?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Comuniquei. Comuniquei até...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem antes da resposta dela. Estou aqui insatisfeito. Existe alguma acusação contra esta moça de que ela tivesse recebido alguma coisa referente... ou do Valério, ou ela fez qualquer crime? Porque as perguntas que estão sendo feitas para ela, por que ela recebeu o presente, por que não recebeu o presente dá a impressão de que ela tinha um acerto com o Marcos Valério, recebeu muita coisa do Marcos Valério e tem que responder por isso. Eu estou perguntando, Presidente, se ela está aqui na condição de testemunha. Se ela estiver na posição de acusada eu vou ficar quieto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. tem razão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sr. Presidente, eu não concordo com a argumentação, até porque quem trouxe aos autos essa questão foi o próprio Deputado João Paulo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Como forma de argumento de defesa e, portanto, estamos ouvindo a depoente de forma muito respeitosa, sem fazer qualquer insinuação a ela, no sentido de buscar esclarecimento de fatos.

Então, não concordo, não aceito. Respeito o Deputado Marcelo Ortiz, mas não concordo com essa forma...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Também respeito V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - ... como S.Exa. se comportou neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vamos continuar a ouvi-la, por favor.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, para mim já foi respondido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Já foi respondido. Está bom.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Ela estava respondendo e pelo que entendi na resposta, foi isso mesmo, que a senhora havia comunicado, correto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, sobre este ponto, apenas para colaborar com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, esse episódio já foi terminado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, mas eu estou com... Porque na hora em que estou com a palavra todas as pessoas... V.Exa. me corta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. quer fazer mais alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, estou só querendo complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - A minha pergunta foi clara. No momento em que ela estava respondendo, o Deputado Ortiz, de forma abrupta, a interrompeu, e eu só queria confirmar. V.Sa. comunicou ao Deputado João Paulo?





**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JAIR CARNEIRO** - Deputado... Perdão, Presidente, acho que o sentido da preocupação do Deputado Fantazzini seria a semelhança do que ocorreu com o Sr. Marcos Valério, que era facilitador, na palavra da Sra. Kátia Rabelo, facilitador do acesso de pessoas ao gabinete presidencial. Então, acho que o espírito seria semelhante, tanto que eu perguntei se havia alguém infiltrado e acho que as respostas de V.Sa. são suficientes.

Então, o que se desejava era saber se a senhora seria facilitadora para que se atendessem aos interesses escusos do Sr. Marcos Valério junto ao Presidente João Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O último inscrito, Deputado Edmar Moreira.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Eu vou ser breve. Sr. Presidente, Srs. Relatores, Dr. Cezar Schirmer, nobre Deputado, nossa convidada, Sra. Silvana Japiassú, Dr. Alberto Toron, representando aqui o representado, presente nesta reunião, Srs. Conselheiros, Sra. Conselheira, eu vou ser muito prudente para não provocar a ira deste Plenário. Então, vou ser muito prudente nessa informação que vou fazer.

Eu gostaria inicialmente, Sra. Silvana, de dar aqui um testemunho que, a meu juízo, acho relevante e justo. De todos os Presidentes a que assisti nesta Casa, sem evidentemente ser assistido por nenhum deles — não fui, não pretendi —, eu tenho que dizer que a Presidência do Deputado João Paulo marcou muito esses anos essas Legislatura em que estou aqui nesta Casa.

Realmente, o Presidente João Paulo, a pessoa dele é uma pessoa carismática. Ele operacionalizou, ele exerceu a Presidência desta Casa com muita ponderação, com muita seriedade, com muita competência e com certeza — isso é um juízo meu que eu me reservo o direito de tê-lo e de exteriorizá-lo — e, com certeza, ele não foi picado pela mosquinha azul.

Então, de todos os Presidentes que eu presenciei nesta Casa, quero, inicialmente, deixar isso aqui absolutamente claro. Tanto que, ao analisarmos esses processos, essa representação, de minha parte... A gente fala muito em



constrangimento. Evidentemente, não há constrangimento de nenhum de nós, mas, com certeza, causa em mim um incômodo ver o nobre Deputado João Paulo nesta situação que, nós poderíamos dizer, é muito corriqueira, que ele teria estado na hora certa, no lugar certo, mas, de repente, com as pessoas erradas, relativamente ao fato.

Então, Sra. Silvana Japiassú, eu vou fazer aqui uma afirmação e que a senhora fique muito à vontade para comentá-la, para fazer afirmação ou negativa, porque, de repente, pode passar para todos nós, até um juízo de valor de sua parte e eu não gostaria que essa minha indagação fosse entendida nesse sentido.

Então, considerando tudo isso que eu disse acerca do nobre Deputado João Paulo, a que a senhora atribui que, em um primeiro momento em que foi perguntado acerca dessa ida da sua esposa ao Banco Rural, porque houve da parte dele, nesse primeiro momento, uma negativa, em termos de dizer que realmente foi sacada uma verba, foi sacado um dinheiro e foi dada aquela versão de que a esposa teria dele teria ido lá para tratar de assuntos, se não me engano, relativamente à assinatura de TV a cabo.

Então, considerando todo esse comportamento, essa conduta e até mesmo essa experiência do Deputado João Paulo Cunha... Repetindo, no seu ponto de vista, porque de início ele não fez essa afirmação que *a posteriori* todos nós ficamos sabendo e que, depois, ele próprio confirmou.

Essa é a única, se não indagação, mas gostaria de saber o que a senhora acha a esse respeito.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Com tranqüilidade, Sr. Deputado. O próprio Deputado João Paulo Cunha, no depoimento dele, deixou claro o motivo de ele ter feito isso. A D. Márcia foi resolver realmente o problema da TV. E não existia a possibilidade de que o dinheiro fosse de outra fonte além do Partido dos Trabalhadores. Então, para ele, o fato de o Banco Rural estar — como é que se fala? — sendo...

**O SR. ALBERTO TORON** - Investigado.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Investigado. Para ele não cabia, em nenhuma situação, isso. O dinheiro ele foi buscar com o tesoureiro do partido.



Então, o dinheiro recebido foi do Partido dos Trabalhadores. E não havia nenhuma associação a outra fonte: Marcos Valério, nada disso. Fui clara para o senhor?

**O SR. DEPUTADO NEIVA MOREIRA** - Muito obrigado.

Eu não tenho mais nenhuma indagação, Sr. Presidente.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu é que lhe agradeço, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NELSON TRAD** - Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta rápida? Quero saber, ou o Conselho talvez quisesse saber, o nome do Deputado que... Foi o primeiro com o qual ela trabalhou aqui na Casa e que antecedeu o Deputado João Paulo. O nome. É curiosidade.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - José Luiz de Sá, do PL do Rio de Janeiro, através de um anúncio de jornal.

**O SR. DEPUTADO NELSON TRAD** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sr. Presidente, permite-me?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra agora, o Dr. Alberto Toron. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Queria mais alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Relator quer fazer mais uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Só para esclarecer. A senhora esteve lá no banco, telefonou ao Banco Rural? Que fique claro: a senhora não está sendo acusada de nada aqui, absolutamente de nada. Ao contrário, quero dizer que a senhora é uma secretária muito dedicada. Nada.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Agradeço.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Ninguém neste Conselho nem eu estamos lhe acusando. Nós queremos esclarecer estes fatos. Mas a senhora respondeu a uma pergunta minha dizendo que foi ao Banco Rural, aliás, telefonou ao Banco Rural sobre essa nota aqui da TVA, e que o banco lhe disse que, a partir daquele momento, ou em algum momento, o banco não trataria mais esse assunto, não seria mais o banco cedente?



**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. Desculpe, eu devo ter, na confusão de paga uma coisa, paga outra, eu devo ter me expressado errado. No caso das contas que eu fui pagar no Banco Rural, em abril de 2004, a segunda conta... Porque eu tinha ido lá, eu tinha recém-ido lá no Banco Rural pagar uma conta atrasada. Volto a afirmar, uma conta atrasada você só pode pagar no banco cedente. A única agência do Banco Rural existente em Brasília era, acredito que ainda é, a do Brasília Shopping. Como eu estava, eu já sabia que a conta estava atrasada, era pós-dia 13, estava com o documento fechado, eu não tive dúvidas. Saí daqui da Câmara, fui ao Banco Rural. Cheguei lá, abri — não sei se tem alguma coisa aqui que tenha filmado isso, se tiver, vai estar lá claro, eu abrindo, entregando para o rapaz do caixa, isso em abril de 2004, Sr. Relator. Eu abri a conta, ele olhou e falou: *“O Banco Rural não é mais o cedente desta empresa. O banco cedente, a partir de agora, é o BRADESCO”*. Não daria tempo de eu ir direto ao banco BRADESCO.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Isso foi em abril de 2004?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É, em abril de 2004.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Já estou esclarecido. Eu só queria complementar. Então, a senhora telefonou ao banco no dia 09 do 10, desculpe, 9 do 09 de 2003, perguntando sobre essa conta.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Enfim, havia um problema qualquer na conta. Em abril de 2004, a senhora foi ao banco tratar de uma conta desta mesma empresa TVA relativamente ao mês de abril ou março — não interessa. Mas foi 2004, em abril, que a senhora esteve no banco. A senhora tratou desse assunto duas vezes. A pergunta que eu lhe faço: era a senhora que pagava essas contas do Deputado João Paulo, ou só pagava essa?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - É. Foram duas contas na realidade. Não, fui duas vezes para tentar..

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Não, uma senhora telefonou...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não. A que eu telefonei foi a de setembro de 2003. Nas minhas duas idas ao Banco Rural, eu fui tratar de duas



contas distintas: uma, vencida em 13 de alguma coisa, 13 de março, e a outra vencida no dia 13 de abril, porque a minha ida lá foi 16 de abril.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, mas a pergunta, desculpe...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Agora, eu pago as contas que o Deputado me traz para pagar. O que ele me traz para pagar, eu pago. Não especificamente só contas da TVA.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sim, mas é isso que eu estou querendo lhe perguntar: a senhora era responsável também por pagar algumas contas do Deputado João Paulo Cunha?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Não só essa?

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Não só essa, pago conta de telefone, luz, água.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Outras contas. Só para esclarecer, o Deputado chegava no gabinete: *“Olha, tem isso aqui para pagar, está aqui o dinheiro”*.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Essas contas para pagar, me dava o cheque...

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - E a senhora...

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - ...e eu procedia aos pagamentos.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Muito obrigado.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Eu é que agradeço, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então, com a palavra o Dr. Alberto Toron.

**O SR. ALBERTO TORON** - Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa., mas não tenho nenhuma repregunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Sr. Presidente, V.Exa. vai concluir?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vou concluir.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Eu não quero fazer pergunta, não. À luz da interpretação que o Supremo Tribunal Federal tem dado a presença de testemunhas aqui, eu fico me indagando se a Sra. Juliana, se a Sra. Silvana,



desculpe, é testemunha de defesa ou de acusação, porque nem eu sei. Então, eu quero consultar o eminente advogado, ou o próprio Deputado João Paulo Cunha que está aqui se à luz do depoimento da Sra. Juliana, Silvana, desculpe, (*Risos.*), Silvana — eu troco o nome das minhas filhas, então, não se preocupe, não é nenhuma desconsideração.

**A SRA. SILVANA PAZ JAPIASSÚ** - Minha filha é Juliana.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Ah, então. E a minha, Ana Júlia. Então, eu estou querendo consultar o advogado, ou o próprio Deputado João Paulo Cunha se, à luz do depoimento da Sra. Silvana, eles querem agregar alguma questão à defesa, ou por escrito, ou verbalmente, agora, ou em algum momento.

**O SR. ALBERTO TORON** - Sr. Presidente, como o Relator colocou, com muita propriamente, essa questão do rótulo da testemunha se é de acusação ou de defesa não é a mais importante. O importante, sim, era, como dizia o Prof. Joaquim Canuto Mendes de Almeida, nos anos 50, na Universidade de São Paulo, é que a defesa possa se contrapor a todas as cargas acumuláveis contra o acusado. E com isso, se garante o contraditório e a amplitude do direito de defesa, que não apenas a Constituição, mas o Código de Ética e Decoro Parlamentar asseguram. De modo que, a cada passo, se é ouvida uma testemunha, ainda que ela traga contribuições favoráveis à defesa, é obvio que a defesa técnica, mais que o direito, tem o dever de se manifestar ou para ampliar os seus argumentos ou para iluminar melhor determinadas questões que devem ser objeto de esclarecimento, como, aliás, é de se entender, foram as indagações dos diferentes eminentes Deputados trazidas aqui. Então, respondendo objetivamente a V.Exa. e agradecendo antecipadamente a possibilidade de fazê-lo, quero dizer que nós pretendemos, sim, externar comentários a respeito das perguntas e respostas oferecidas hoje e fazê-lo de forma a mais breve possível para contribuir com a celeridade deste procedimento. Aliás, fica o registro, o eminente Deputado João Paulo Cunha tem colaborado, não tem medido esforços para o andamento célere desse feito. Cumprimento V.Exa. uma vez mais, que também tem promovido com todo esforço, todo zelo o bom andamento deste processo. Nós não temos nenhuma reclamação do ponto de vista jurídico-formal, V.Exa. e o eminente Presidente têm conduzido este feito com absoluta perfeição.



**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Eu agradeço a V.Exa., mas o meu propósito e o do eminente Presidente do Conselho de Ética é assegurar ao Representado o mais amplo direito de defesa. Então, eu insisto, V.Exa. terá todo o tempo que quiser para agregar, acrescentar, ou apresentar nova defesa.

**O SR. ALBERTO TORON** - Eu só não gostaria de fazê-lo agora, mas eu o farei por escrito.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Quando V.Exa. quiser.

**O SR. ALBERTO TORON** - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer ao Dr. Alberto Toron, à Sra. Silvana Japiassú e convocar V.Exas., em primeiro lugar, para amanhã, às 14h30min, com o depoimento do Deputado Vadão Gomes, que ainda não confirmou. Vamos fazer uma reunião administrativa. O nobre Deputado Nelson Trad deverá inclusive trazer o relatório do processo do Deputado Roberto Brant. Na quinta-feira, dia 8, às 9h30min, haverá a oitiva de testemunhas do Deputado Professor Luizinho. E às 14 horas a oitiva do Sr. Jacinto Lamas, tendo como Relator o Deputado Chico Alencar.

Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - Srs. Deputados, quero agradecer. Apesar da competência da assessoria do Conselho de Ética, e V.Exa. acaba de comunicar, eu também quero comunicar aos nobres pares do Conselho de Ética que na próxima quinta-feira, às 9h30min, as 3 testemunhas convocadas no processo do Representado, Deputado Professor Luizinho, já confirmaram as suas presenças. E espero contar com a presença de todos para que nós possamos concluir o processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Na quinta-feira, não é?

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - Na quinta-feira, às 9h30min. Sr. Presidente, quero ainda comunicar que possivelmente até terça-feira da semana que vem eu já terei o relatório concluído.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Que bom. Nós agradecemos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - E convocamos V.Exa. para amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.